

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	9
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	31
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	94

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	96
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	97
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	98

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	453.224
Preferenciais	0
Total	453.224
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	22.330.928	21.448.777
1.01	Ativo Circulante	4.989.849	4.766.656
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	154.604	316.498
1.01.02	Aplicações Financeiras	141	137
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	141	137
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	141	137
1.01.03	Contas a Receber	3.254.611	3.086.282
1.01.03.01	Clientes	2.655.331	2.568.894
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4.585.583	4.501.248
1.01.03.01.02	Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-1.930.252	-1.932.354
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	599.280	517.388
1.01.03.02.01	Ativos financeiros setoriais	599.280	517.388
1.01.06	Tributos a Recuperar	835.685	951.564
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	835.685	951.564
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuições sociais compensáveis	169.546	143.223
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	666.139	808.341
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	744.808	412.175
1.01.08.03	Outros	744.808	412.175
1.01.08.03.01	Serviço em curso	55.027	52.525
1.01.08.03.02	Outros Créditos	189.313	206.813
1.01.08.03.04	Créditos a receber - subvenção e outros	500.468	152.837
1.02	Ativo Não Circulante	17.341.079	16.682.121
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.269.408	14.540.214
1.02.01.04	Contas a Receber	159.441	182.014
1.02.01.04.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	159.441	182.014
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.157.021	1.176.377
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	1.157.021	1.176.377
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.952.946	13.181.823
1.02.01.10.03	Outros tributos compensáveis	2.128.755	2.081.184
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados a litígios	325.338	325.001
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	10.205.811	9.727.199
1.02.01.10.08	Ativos financeiros setoriais	236.753	2.796
1.02.01.10.09	Ativos contratuais	1.056.289	1.045.643
1.02.03	Imobilizado	341.447	359.866
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	341.447	359.866
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	92.555	84.665
1.02.03.01.02	Ativo de direito de uso	143.350	158.904
1.02.03.01.03	Imobilizado em andamento	105.542	116.297
1.02.04	Intangível	1.730.224	1.782.041
1.02.04.01	Intangíveis	1.730.224	1.782.041
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.413.702	1.440.741
1.02.04.01.02	Softwares	315.601	340.367
1.02.04.01.03	Bens de renda	921	933

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	22.330.928	21.448.777
2.01	Passivo Circulante	7.302.189	7.004.132
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	85.929	88.607
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	85.929	88.607
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	85.929	88.607
2.01.02	Fornecedores	1.831.665	2.156.541
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.831.665	2.156.541
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.494.577	1.839.892
2.01.02.01.03	Partes Relacionadas	337.088	316.649
2.01.03	Obrigações Fiscais	182.817	161.442
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	54.911	55.782
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	54.911	55.782
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	111.141	89.177
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	16.765	16.483
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.571.423	3.429.224
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.571.423	3.429.224
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.405.502	3.251.636
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	165.921	177.588
2.01.05	Outras Obrigações	1.630.355	1.168.318
2.01.05.02	Outros	1.630.355	1.168.318
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos -swap	21.471	3.664
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	236.643	236.643
2.01.05.02.07	Consumidores - desconto CDE	601.849	94.306
2.01.05.02.08	Geração Distribuída	118.879	106.412
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	258.723	224.387
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	60.386	70.252
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	61.921	68.197
2.01.05.02.13	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	270.483	364.457
2.02	Passivo Não Circulante	5.058.710	4.560.547
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.363.343	939.641
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.363.343	939.641
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.363.343	939.641
2.02.02	Outras Obrigações	2.828.653	2.774.962
2.02.02.02	Outros	2.828.653	2.774.962
2.02.02.02.04	Benefícios pós-emprego	351.429	346.046
2.02.02.02.06	Outras obrigações	73	63
2.02.02.02.08	Encargos setoriais	131.638	119.753
2.02.02.02.09	Obrigações por arrendamentos	94.854	103.981
2.02.02.02.10	Outras obrigações fiscais	9.437	10.629
2.02.02.02.11	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.241.222	2.194.490
2.02.04	Provisões	866.714	845.944
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	866.714	845.944
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	10.152	9.949
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	351.916	355.135
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	504.646	480.860

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03	Patrimônio Líquido	9.970.029	9.884.098
2.03.01	Capital Social Realizado	8.553.230	8.553.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.308	2.308
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	20.946	20.946
2.03.04	Reservas de Lucros	1.307.614	1.307.614
2.03.04.01	Reserva Legal	176.028	176.028
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.131.586	1.131.586
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	109.635	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-23.704	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.667.497	2.307.716
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.165.492	-1.858.828
3.03	Resultado Bruto	502.005	448.888
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-170.848	-173.633
3.04.01	Despesas com Vendas	0	-5.938
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-92.197	-80.788
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-108.109	-110.934
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	29.458	24.027
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	331.157	275.255
3.06	Resultado Financeiro	-189.954	-231.862
3.06.01	Receitas Financeiras	166.118	59.225
3.06.01.01	Receitas financeiras	166.037	59.355
3.06.01.02	Variações cambiais, líquidas	81	-130
3.06.02	Despesas Financeiras	-356.072	-291.087
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-356.072	-291.087
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	141.203	43.393
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-31.568	6.413
3.08.01	Corrente	0	-6.009
3.08.02	Diferido	-31.568	12.422
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	109.635	49.806
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	109.635	49.806
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,2419	0,1279

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	109.635	49.806
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-23.704	1.855
4.02.03	Ganho (perda) em instrumentos financeiros	0	2.811
4.02.04	Tributos diferidos sobre Ganho (perda) em instrumento financeiro derivativos	0	-956
4.02.05	Valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE	-35.916	0
4.02.06	Tributos diferidos sobre valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE	12.212	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	85.931	51.661

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-201.215	343.231
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	390.065	387.185
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	109.635	49.806
6.01.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-20.126	36.491
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	181.920	219.396
6.01.01.04	Provisão para processos judiciais e outros riscos	39.600	44.076
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	175.202	153.267
6.01.01.06	Marcação a mercado de ativo indenizável	-175.685	-161.831
6.01.01.07	Valor Residual do ativo Imobilizado e ativo Intangível baixado	610	1.150
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.568	-12.422
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	10.241	4.549
6.01.01.10	Custo de transação	2.270	0
6.01.01.11	Ativos e passivos financeiros setoriais	-156.028	-24.441
6.01.01.12	Perda de recebíveis de clientes	128.235	74.443
6.01.01.13	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	19.316	29.848
6.01.01.14	Instrumentos financeiros derivativos - marcação a mercado	-1.509	524
6.01.01.15	Marcação a mercado da dívida	1.229	-596
6.01.01.16	Variações cambiais da dívida	-14.422	-25.030
6.01.01.17	Atualização monetária de processos judiciais	44.762	59.784
6.01.01.18	Geração distribuída	12.467	-61.829
6.01.01.19	Baixa de ativo imobilizado	780	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-580.864	-22.980
6.01.02.01	Consumidores e outras contas a receber	-171.973	-240.579
6.01.02.02	Subvenção CDE - Desconto Tarifário	-347.631	41.761
6.01.02.03	Encargos setoriais	2.019	11.845
6.01.02.04	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-47.242	-62.073
6.01.02.05	Tributos a Compensar	94.631	14.685
6.01.02.06	Ativo financeiro setorial	-315.849	-3.010
6.01.02.07	Depositos Vinculados a Litígios	-337	5.809
6.01.02.08	Outros Créditos	24.479	-11.700
6.01.02.09	Fornecedores	-324.876	98.947
6.01.02.10	Folha de Pagamento	-2.678	1.519
6.01.02.11	Passivos Financeiros Setoriais	156.028	198.634
6.01.02.13	Consumidores - desconto CDE	471.627	0
6.01.02.14	Pagamento das Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-63.592	-52.357
6.01.02.15	Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-81.174	-19.679
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	-26.323	-23.253
6.01.02.17	Serviço em Curso	-2.502	871
6.01.02.18	Pagamento de juros de instrumento financeiro derivativo	0	-35.464
6.01.02.19	Outras obrigações fiscais	20.183	6.554
6.01.02.20	Outros Passivos	34.346	44.510
6.01.03	Outros	-10.416	-20.974

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01.03.01	Pagamento de juros de arrendamento	-5.558	-6.100
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-4.858	-14.874
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-433.630	-337.312
6.02.01	Titulos e valores mobiliários	-4	-3
6.02.02	Aplicações no Intangível e Imobilizado	-439.459	-339.592
6.02.03	Consumidores participação financeira	5.833	2.283
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	472.951	-129.017
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos	930.000	468.516
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos (principal)	-441.793	-636.505
6.03.05	Pagamento de arrendamentos financeiros (principal)	-15.256	-15.429
6.03.06	Recebimento de instrumento financeiro derivativo	0	54.401
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-161.894	-123.098
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	316.498	421.090
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	154.604	297.992

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	8.553.230	23.254	1.307.614	0	0	9.884.098
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	8.553.230	23.254	1.307.614	0	0	9.884.098
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	109.635	-23.704	85.931
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	109.635	0	109.635
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-23.704	-23.704
5.05.02.06	Valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE	0	0	0	0	-35.916	-35.916
5.05.02.07	Tributos diferidos sobre valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE	0	0	0	0	12.212	12.212
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	8.553.230	23.254	1.307.614	109.635	-23.704	9.970.029

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.950.458	23.254	1.470.233	0	-1.855	8.442.090
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.950.458	23.254	1.470.233	0	-1.855	8.442.090
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	49.806	1.855	51.661
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	49.806	0	49.806
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.855	1.855
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.811	2.811
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-956	-956
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.950.458	23.254	1.470.233	49.806	0	8.493.751

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	3.874.467	3.428.881
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.398.703	3.099.849
7.01.02	Outras Receitas	29.460	21.923
7.01.02.02	Outras Receitas	29.460	21.923
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	426.180	341.496
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	20.124	-34.387
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.120.315	-1.799.745
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.952.074	-1.681.453
7.02.04	Outros	-168.241	-118.292
7.02.04.02	Custo de construção	0	-118.292
7.02.04.03	Outras despesas operacionais	-168.241	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.754.152	1.629.136
7.04	Retenções	-181.920	-219.396
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-181.920	-219.396
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.572.232	1.409.740
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	180.579	59.355
7.06.02	Receitas Financeiras	180.579	59.355
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.752.811	1.469.095
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.752.811	1.469.095
7.08.01	Pessoal	119.609	82.992
7.08.01.01	Remuneração Direta	77.796	52.418
7.08.01.02	Benefícios	23.909	14.204
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.469	3.375
7.08.01.04	Outros	13.435	12.995
7.08.01.04.01	Outros encargos sociais	4.887	3.767
7.08.01.04.02	Convênio assistencial e outros benefícios	3.148	2.937
7.08.01.04.03	Participação nos resultados	5.400	6.291
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.159.707	1.027.805
7.08.02.01	Federais	490.965	346.538
7.08.02.02	Estaduais	666.565	678.818
7.08.02.03	Municipais	2.177	2.449
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	363.860	308.492
7.08.03.01	Juros	370.614	316.137
7.08.03.02	Aluguéis	-6.754	-7.645
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	109.635	49.806
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	109.635	49.806

Comentário do Desempenho

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2026 – A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”) anuncia os seus resultados do primeiro trimestre (“1T26”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES



+ 15,6% na Receita Líquida do 1T26 vs. 1T25



Investimentos totalizaram R\$ 439,5 milhões no 1T26 (+39,9% vs ano anterior)



+ 1,45 p.p em Arrecadação no 1T26 versus 1T25, atingindo 97,33%



Melhoria dos indicadores de qualidade, com redução de 2,7% e 16,8% respectivamente no DEC e FEC em relação ao mesmo período em 2025



Incremento de +27,2% nos colaboradores próprios e de +10,3% nos colaboradores terceirizados, com um total de +1.557 pessoas, retificando o compromisso assumido pela empresa de melhoria contínua da qualidade do serviço e resiliência da rede.

DESTAQUES DO PERÍODO

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Receita Bruta (R\$ mil)	3.900.719	3.441.345	13,3%	4.057.865	-3,9%
Receita Líquida (R\$ mil)	2.667.497	2.307.716	15,6%	2.790.306	-4,4%
EBITDA (2) (R\$ mil)*	501.807	484.298	3,6%	370.205	35,5%
Margem EBITDA (%)*	18,81%	20,99%	-2,18 p.p	13,27%	5,54 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	22,39%	24,63%	-2,24 p.p	16,90%	5,49 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)*	331.157	275.255	20,3%	425.104	-22,1%
Margem EBIT (%)*	12,41%	11,93%	0,48 p.p	15,24%	-2,83 p.p
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	109.635	49.806	>100,0%	117.327	-6,6%
Margem Líquida	4,11%	2,16%	1,95 p.p	4,20%	-0,09 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	4,89%	2,53%	2,36 p.p	5,35%	-0,46 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	3.163	3.275	-3,4%	2.770	14,2%
CAPEX (R\$ mil)*	439.459	314.093	39,9%	754.638	-41,8%
DEC (12 meses)*	8,16	8,39	-2,7%	8,10	0,7%
FEC (12 meses)*	3,95	4,75	-16,8%	4,34	-9,0%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	97,33%	95,88%	1,45 p.p	97,36%	-0,03 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	24,35%	24,74%	-0,39 p.p	24,82%	-0,47 p.p
PMSO (4)/Consumidor*	146,93	123,70	18,8%	138,19	-99,9%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

(2) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Prorrogação da Concessão

Em 21 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que estabelece as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição com vencimento entre 2025 e 2031. O Decreto definiu os critérios de elegibilidade para a prorrogação do contrato, além de estabelecer diretrizes do novo contrato de concessão. Em 25 de fevereiro de 2025, a ANEEL aprovou a minuta do contrato de concessão. Em 28 de março de 2025, a Companhia protocolou na ANEEL o pedido formal de antecipação da prorrogação da sua concessão pelo prazo de 30 anos, de acordo com o disposto no referido Decreto. Em 19 de agosto de 2025, por meio do Despacho nº 2.485/2025, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) a prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição da Enel Distribuição Rio (de acordo com a decisão da ANEEL, a empresa cumpriu os critérios estabelecidos no Decreto nº 12.068/2024). O processo de prorrogação encontra-se aguardando tramitação perante o MME.

Comentário do Desempenho

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição Rio fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.615 km², o que corresponde, aproximadamente, a 75% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende aproximadamente 3,1 milhões de consumidores e envolve uma população estimada de aproximadamente 6,5 milhões de habitantes¹.

DADOS GERAIS*

	1T26	1T25	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	59.631	59.202	0,7%
Linhas de Transmissão (Km)	3.764	3.764	-
Subestações (Unid.)	128	132	-3,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	11.435	12.055	-5,1%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	3,40%	3,43%	-0,03 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,03%	2,14%	-0,11 p.p

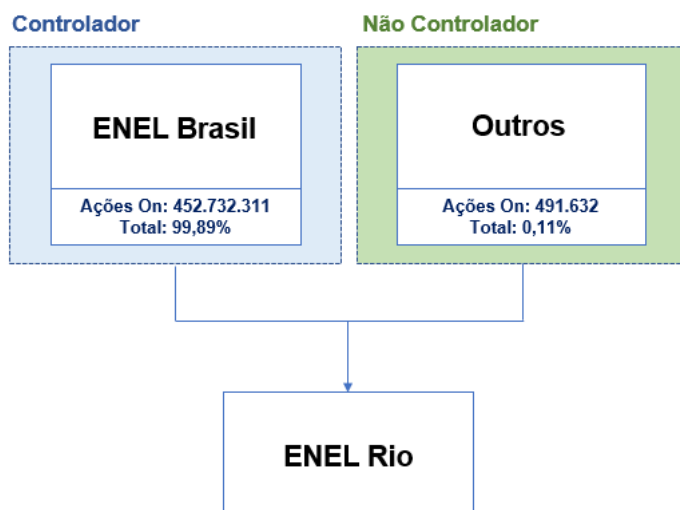
(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADEE

(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



Organograma Societário Simplificado

Posição em 31 de março de 2026



* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T26.

¹ Número de Habitantes de acordo com o último censo realizado em 2022 pelo IBGE.

Comentário do Desempenho

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia*

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Mercado Cativo	3.114.821	3.147.880	-1,1%	3.161.874	-1,5%
Residencial - Convencional	2.327.152	2.246.934	3,6%	2.362.078	-1,5%
Residencial - Baixa Renda	555.449	674.531	-17,7%	570.366	-2,6%
Industrial	3.110	3.103	0,2%	3.088	0,7%
Comercial	144.762	139.021	4,1%	143.102	1,2%
Rural	63.741	64.098	-0,6%	63.895	-0,2%
Setor Público	20.607	20.193	2,1%	19.345	6,5%
Clientes Livres	4.709	3.926	19,9%	4.531	3,9%
Industrial	601	467	28,7%	583	3,1%
Comercial	3.671	3.044	20,6%	3.529	4,0%
Rural	38	32	18,8%	38	-
Setor Público	379	374	1,3%	361	5,0%
Residencial	20	9	>100,0%	20	-
Revenda	12	6	100,0%	13	-7,7%
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	3.119.542	3.151.812	-1,0%	3.166.418	-1,5%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

O número de consumidores efetivos faturados no mercado cativo registrou redução de 1,1% quando comparado ao mesmo período no ano anterior, reflexo da redução no segmento residencial baixa renda.

Já os clientes livres, continuaram com a tendência de crescimento, com aumento de 19,9% no período, refletindo a migração de clientes do mercado cativo, que se intensificou após a abertura do mercado livre para os clientes do Grupo A, a partir de janeiro de 2024.

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Mercado Cativo	2.008	2.169	-7,4%	1.684	19,2%
Clientes Livres	1.044	995	4,9%	976	7,0%
Revenda	102	102	-	102	-
Consumo Próprio	9	9	-	8	12,5%
Total - Venda e Transporte de Energia	3.163	3.275	-3,4%	2.770	14,2%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Residencial - Convencional	1.150	1.142	0,7%	979	17,5%
Residencial - Baixa Renda	289	381	-24,1%	179	61,5%
Industrial	16	26	-38,5%	19	-15,8%
Comercial	277	318	-12,9%	239	15,9%
Rural	31	35	-11,4%	29	6,9%
Setor Público	246	267	-7,9%	239	2,9%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.008	2.169	-7,4%	1.684	19,2%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

O total de venda de energia no mercado cativo registrou uma redução de 7,4% no trimestre comparado ao mesmo período do ano anterior, em decorrência do efeito da migração para o mercado livre e da menor temperatura no período quando comparado com o 1T25 (2,6 °C abaixo da média registrada no 1T25 e 0,6 °C abaixo da média histórica). O aumento da geração distribuída também impactou negativamente o consumo do mercado cativo como um todo.

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T26

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T26.

Comentário do Desempenho

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Industrial	540	530	1,9%	541	-0,2%
Comercial	350	326	7,4%	307	14,0%
Rural	31	29	6,9%	25	24,0%
Setor Público	122	109	11,9%	102	19,6%
Residencial	2	1	100,0%	2	-
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	1.044	995	4,9%	976	7,0%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

O consumo de energia para o mercado livre apresentou um aumento de 4,9% no 1T26 comparado ao mesmo trimestre do ano passado em todas as classes de consumo, em razão principalmente do crescimento do número de clientes, impulsionada pela migração para o mercado livre.

Compra de Energia*

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Itaipu	435	449	-3,1%	461	-5,64%
Angra I e II	52	91	-42,9%	93	-44,1%
PROINFRA	41	47	-12,8%	48	-14,6%
Leilão e Quotas	2.593	2.580	0,5%	2.402	8,0%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.121	3.167	-1,5%	3.004	3,9%
Liquidação na CCEE	(177)	383	<-100,0%	123	<-100,0%
Total - Compra de Energia	2.943	3.550	-17,1%	3.127	-5,9%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

Balanço de Energia*

BALANÇO DE ENERGIA*

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Energia requerida (GWh)	4.665	4.854	-3,9%	4.213	10,7%
Energia fornecida (GWh)	3.434	3.501	-1,9%	3.020	13,7%
Mercado Cativo	2.318	2.432	-4,7%	1.965	18,0%
Mercado Livre	1.117	1.069	4,5%	1.055	5,9%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	1.231	1.353	-9,0%	1.192	3,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	26,38%	27,88%	-1,50 p.p	28,30%	-1,92 p.p

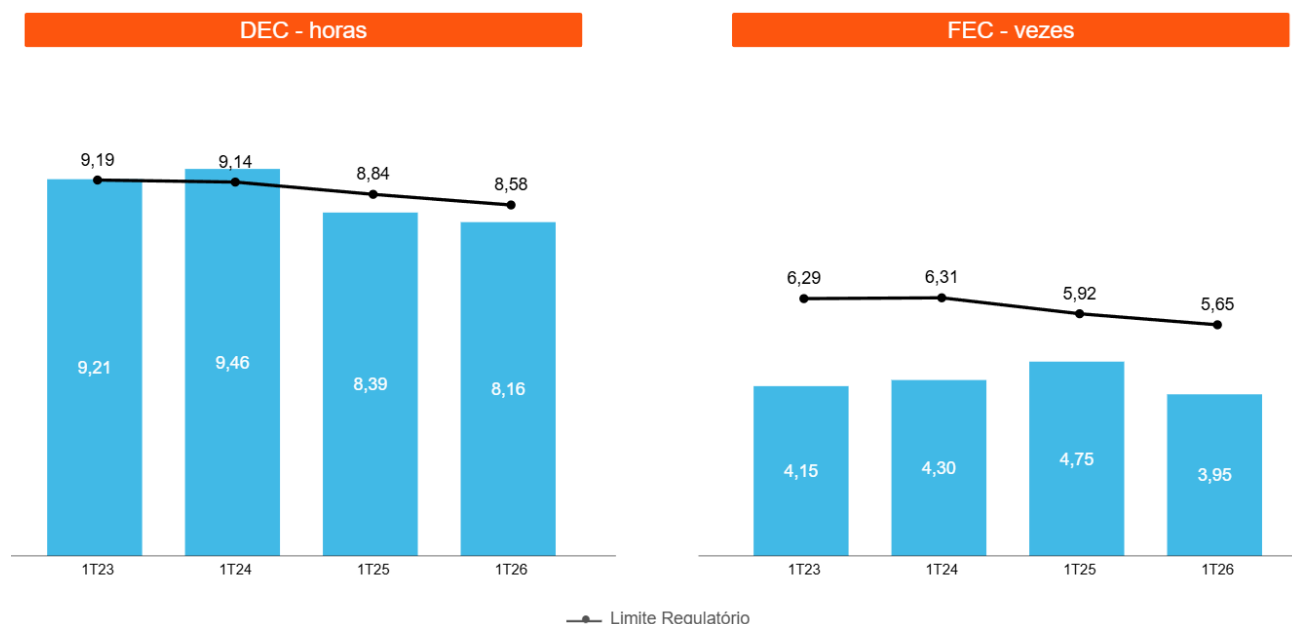
(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

Comentário do Desempenho

4

INDICADORES OPERACIONAIS

Qualidade do Fornecimento*



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 1T26, considerando os últimos 12 meses (LTM), os indicadores DEC e FEC apresentaram redução de 2,7% e 16,8% respectivamente em relação ao mesmo período em 2025. Destaca-se que o DEC atingiu em março de 2026, o menor nível desde 2020, considerando este mesmo período (LTM março).

Tais resultados refletem, principalmente, as iniciativas da Companhia voltadas para melhoria da qualidade dos serviços, que englobam:

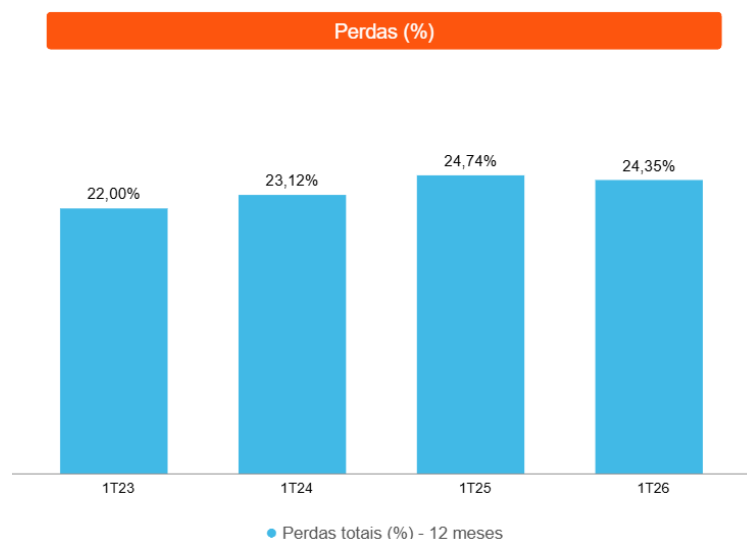
- Digitalização da rede, com aumento dos equipamentos tele controlados;
- Substituição de cabos de Média e Alta Tensão;
- Projeto de primarização (*insourcing*) das equipes de emergência, poda e manutenção;
- Execução dos serviços de lavagem de rede (151% maior que 2025) e manutenções preventivas (75% maior que 2025).

Por fim, observa-se que os níveis de DEC e FEC registrados no período estão dentro dos limites regulatórios estabelecidos na revisão tarifária (DEC: 8,58 / FEC: 5,65).

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T26.

Comentário do Desempenho

Disciplina de Mercado*



As perdas de energia LTM alcançaram o valor de 24,35% no 1T26, uma redução de -0,39 p.p. em relação às perdas registradas no 1T25 que foram de 24,74%.

As perdas não técnicas na área de risco representaram 62,0% do total, com um crescimento de 0,58 p.p. no 1T26 vs. 1T25. As perdas não técnicas fora da área de risco reduziram -0,96 p.p., em relação ao mesmo período, mantendo a tendência dos últimos anos e comprovando o sucesso das medidas adotadas para minimizar as perdas nas localidades com acesso.

O plano de combate às perdas de energia da Enel mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita. Dentre as principais ações promovidas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forçando a medição, (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas/autoreligadas ou sem contrato ativo (operações do ciclo comercial): tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência ou contrato inativo e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes ou sem contrato, passam a consumir energia de forma irregular, (iii) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 79 GWh de energia no 1T26.

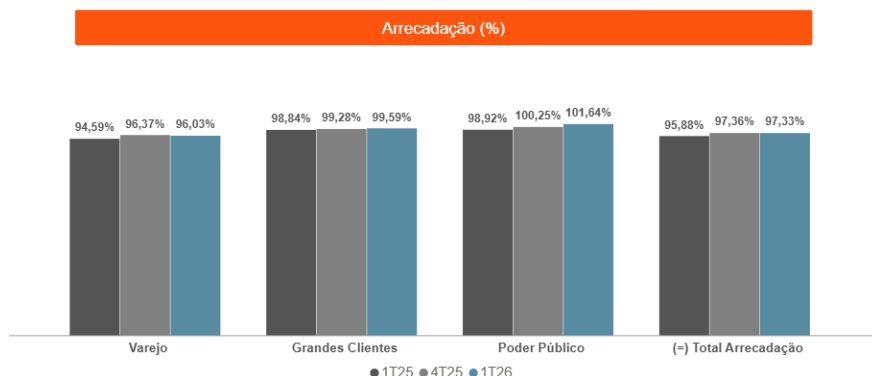
Arrecadação*

O índice de arrecadação reflete a capacidade de pagamento dos clientes e a eficácia das ações de cobrança da Companhia. A seguir, o resultado acumulado nos últimos 12 meses e seu comportamento em relação aos períodos anteriores.

² O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T26.

Comentário do Desempenho



Em relação ao indicador de arrecadação, houve um crescimento expressivo de 1,45 pontos percentuais no 1T26 versus 1T25, com evolução em todos os segmentos, em particular o varejo e poder público, devido às melhorias no processo de cobrança de consumo não regular (CNR) e no desempenho das ações de cobrança.

Destaca-se que a Companhia mantém constantemente a realização de ações para reduzir os níveis de inadimplência, tais como:

- i. Realização de 1 milhão suspensões de fornecimento por meio de estratégia de concentração e comportamento de pagamento;
- ii. Negativações de 15 milhões de faturas;
- iii. 148 milhões de interações com os clientes seja por meio de robôs, contato humano ou whatsapp através das assessorias de cobrança;
- iv. Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com Poder Público;
- v. Negociações para 204 mil consumidores;

Além disso, a Enel Rio disponibiliza aos seus clientes diversas opções para quitação e negociação de débitos, tais como por cartão de débito/crédito, pix e boleto, financiamento com a própria distribuidora, levando em consideração o perfil de cada cliente.

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Fornecimento de Energia	2.365.628	2.457.621	-3,7%	2.120.204	11,6%
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	340.717	353.261	-3,6%	447.816	-23,9%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(20.544)	(32.602)	-37,0%	(25.914)	-20,7%
Subvenção baixa renda	92.186	81.414	13,2%	91.826	0,4%
Subvenção de recursos da CDE	150.707	102.837	46,5%	137.100	9,9%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo e Livre	2.928.694	2.962.531	-1,1%	2.771.032	5,7%
Ativos e passivos financeiros setoriais	338.370	(52.807)	<-100,0%	526.165	-35,7%
Receita de Construção	426.180	341.496	24,8%	599.184	-28,9%
Marcação a mercado de ativo indenizável	175.686	161.834	8,6%	51.074	>100,0%
Outras Receitas	31.789	28.291	12,4%	110.410	-71,2%
Total - Receita Operacional Bruta	3.900.719	3.441.345	13,3%	4.057.865	-3,9%
ICMS	(666.565)	(678.818)	-1,8%	(566.654)	17,6%
PIS	(40.714)	(35.809)	13,7%	(46.115)	-11,7%
COFINS	(188.401)	(164.938)	14,2%	(212.408)	-11,3%
ISS	(688)	(968)	-28,9%	(2.296)	-70,0%
Total - Tributos	(896.368)	(880.533)	1,8%	(827.473)	8,3%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(300.112)	(229.884)	30,5%	(343.476)	-12,6%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(19.809)	(18.113)	9,4%	(21.221)	-6,7%
Encargos do consumidor - CCRBT	(14.212)	(2.587)	>100,0%	(72.668)	-80,4%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.721)	(2.512)	8,3%	(2.721)	-
Total - Encargos Setoriais	(336.854)	(253.096)	33,1%	(440.086)	-23,5%
Total - Deduções da Receita	(1.233.222)	(1.133.629)	8,8%	(1.267.559)	-2,7%
Total - Receita Operacional Líquida	2.667.497	2.307.716	15,6%	2.790.306	-4,4%
Total - Receita Operacional Líquida desc. Receita de Construção	2.241.317	1.966.220	14,0%	2.191.122	2,3%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

A receita operacional líquida da Enel Distribuição Rio registrou um aumento de 15,6% no 1T26 em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia alcançou o montante de R\$ 2,2 bilhões no 1T26, o que representa um aumento de 14,0% (R\$ 275,1 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 2,0 bilhões. Essa variação pode ser explicada principalmente por:

Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 391,2 milhões na linha ativos e passivos financeiros setoriais relacionado principalmente ao aumento do custo com compra de energia no período, reflexo da deterioração das condições hidrológicas e aumento nos encargos setoriais, principalmente CDE;
- Aumento de R\$ 47,9 milhões na rubrica de subvenção de recursos da CDE devido a homologação das novas cotas para o ciclo 2026;

Tais efeitos foram compensados parcialmente por:

- Queda de 3,7% no fornecimento de energia elétrica no 1T26 frente ao mesmo período do ano anterior, ou seja, uma redução de R\$ 92,0 milhões, explicado pela redução do consumo associado a menor temperatura no período, além do efeito da migração de classes para o mercado livre;
- Aumento nas deduções relacionadas aos encargos setoriais, na ordem de 33,1% ou R\$ 83,8 milhões versus o 1T25, sendo o principal efeito relacionado ao aumento de R\$ 70,2 milhões na linha encargos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, relacionado ao aumento da cota da CDE, homologada em agosto de 2025.

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(982.811)	(794.893)	23,6%	(950.547)	3,4%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(328.310)	(319.088)	2,9%	(306.882)	7,0%
Total - Não gerenciáveis	(1.311.121)	(1.113.981)	17,7%	(1.257.429)	4,3%
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(95.395)	(58.949)	61,8%	(26.836)	>100,0%
Desp de Pessoal	(134.244)	(93.460)	43,6%	(85.201)	57,6%
Capitalização de Pessoal	38.849	34.510	12,6%	58.365	-33,4%
Material e Serviços de Terceiros	(219.521)	(168.801)	30,0%	(233.280)	-5,9%
Depreciação e Amortização (D&A)	(170.650)	(209.043)	-18,4%	54.899	<-100,0%
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	-	(172.021)	-100,0%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	20.126	(36.491)	<-100,0%	(47.769)	<-100,0%
Custo de Construção	(426.180)	(341.496)	24,8%	(599.184)	-28,9%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(28.626)	(34.777)	-17,7%	(30.389)	-5,8%
Perda de recebíveis de clientes	(128.235)	(72.339)	77,3%	(82.356)	55,7%
Receita de multa por impontualidade de clientes	29.976	21.923	36,7%	46.112	-35,0%
Outras receitas/despesas operacionais	(6.714)	(18.507)	-63,7%	(16.949)	-60,4%
Total - Gerenciáveis	(1.025.219)	(918.480)	11,6%	(1.107.773)	-7,5%
Total - Gerenciáveis desc. Custo de construção e D&A (opex)	(428.389)	(367.941)	16,4%	(563.488)	-24,0%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(2.336.340)	(2.032.461)	15,0%	(2.365.202)	-1,2%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

Os custos e despesas operacionais no 1T26 apresentaram um aumento de 15,0% (R\$ 303,9 milhões) em relação ao 1T25. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesas operacionais da Companhia alcançaram o montante de R\$ 1.910,2 milhões no 1T26, o que representa um aumento de 13,0%, ou seja, R\$ 219,2 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 1.311,1 milhões, montante 17,7% superior em relação ao valor registrado no 1T25, particularmente em razão do aumento da rubrica de energia elétrica comprada para revenda em R\$ 187,9 milhões devido ao aumento do custo de energia no 1T26 versus 1T25.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis no 1T26, excluindo o efeito de custo de construção, apresentaram aumento de R\$ 22,1 milhões em comparação ao mesmo período de 2025. Os custos e despesas gerenciáveis no trimestre foram impactados pelas seguintes variações:

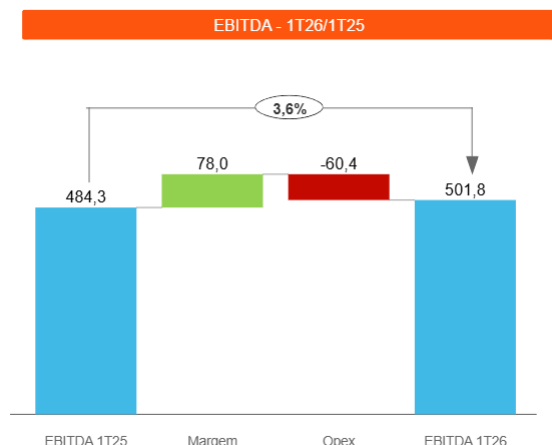
- Aumento de R\$ 55,9 milhões em perda de recebíveis de clientes devido o maior volume de *write-off* de cobranças relacionadas ao período da pandemia, que ultrapassaram o período de cinco anos;
- Aumento de R\$ 50,7 milhões em materiais e serviços de terceiros, reflexo do aumento dos custos relacionados à manutenção corretiva, além do efeito da inflação no período;
- Aumento de R\$ 36,4 milhões em despesa de pessoal em função do projeto *insourcing* que visa o aumento da contratação de colaboradores próprios;

Tais efeitos foram parcialmente compensados por:

Comentário do Desempenho

- Redução de R\$ 56,6 milhões na rubrica de provisão para créditos de liquidação duvidosa reflexo principalmente do aumento da expectativa de arrecadação no segmento B2G (Poder Público) e efeito positivo relacionado a MP 1300, melhorando a arrecadação da classe baixa renda;
- Redução de R\$ 38,4 milhões na linha de depreciação e amortização devido efeito extraordinário realizado em dezembro/2025, relacionado à revisão do prazo de amortização dos ativos, onde tais prazos foram estendidos, contribuindo para redução da rubrica. Destaca-se que esse efeito será observado ao longo de 2026, até sua anualização no 4T26.

EBITDA*



O EBITDA da Enel Rio no 1T26 atingiu o montante de R\$ 501,8 milhões, o que representa um aumento de R\$ 17,5 milhões em relação ao 1T25 em decorrência principalmente do aumento da margem (receita líquida menos custos não gerenciáveis) em R\$ 78 milhões, explicado por efeitos tarifários.

Esse aumento foi parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 60 milhões dos custos e despesas operacionais excluindo custo de construção e depreciação e amortização (opex), afetado em grande parte pelo aumento das despesas de pessoal, material e serviço de terceiros, visando a melhoria da qualidade do serviço.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Receitas Financeiras					
Renda de Aplicação Financeira	3.794	4.133	-8,2%	5.269	-28,0%
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	8.603	9.270	-7,2%	7.752	11,0%
Dívida - Marcação a mercado	-	596	-100,0%	2.157	-100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	1.509	-	-	-	-
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	156.028	24.441	>100,0%	26.104	>100,0%
Juros fundo de pensão	-	-	-	942	-100,0%
Atualização de créditos tributários	3.990	20.283	-80,3%	3.590	11,1%
Outras receitas financeiras	2.425	5.715	-57,6%	3.633	-33,3%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(10.312)	(5.083)	>100,0%	(4.516)	>100,0%
Total - Receitas Financeiras	166.037	59.355	>100,0%	44.931	>100,0%
Despesas financeiras					
Dívida - Marcação a mercado	(1.229)	-	-	-	-
Encargo de dívidas e mútuos e custo de transação	(172.061)	(146.096)	17,8%	(212.555)	-19,1%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(44.762)	(59.784)	-25,1%	(32.046)	39,7%
Encargo de fundo de pensão	(10.143)	(3.602)	>100,0%	(3.525)	>100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(4.894)	(5.322)	-8,0%	(3.372)	45,1%
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	(77.843)	(24.345)	>100,0%	(20.000)	>100,0%
Deságio financeiro - subsídio CDE	(9.142)	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	(35.998)	(51.938)	-30,7%	(35.378)	1,8%
Total - Despesas Financeiras	(356.072)	(291.087)	22,3%	(306.876)	16,0%
Variações Cambiais	81	(130)	<-100,0%	20	>100,0%
Variações cambiais - Empréstimos	14.422	25.030	-42,4%	290	>100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	(14.422)	(25.050)	-42,4%	(291)	>100,0%
Outras Variações Cambiais	81	(110)	<-100,0%	21	>100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(189.954)	(231.862)	-18,1%	(261.925)	-27,5%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

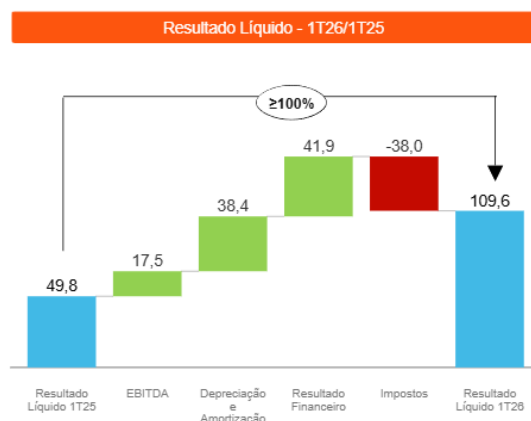
O resultado financeiro da Companhia apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 189,9 milhões, representando uma redução de R\$ 41,9 milhões em relação ao registrado no 1T25. Essa variação é explicada, principalmente, por:

- Aumento líquido de receita de R\$ 78,0 milhões nas rubricas de variação monetária de ativos e passivos setoriais em virtude, principalmente, do aumento nos custos com compra de energia por conta de um regime hidrológico desfavorável em relação ao mesmo período do ano anterior; e um aumento dos encargos setoriais, principalmente CDE;
- Redução de R\$ 15,0 milhões na rubrica de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas em função da diminuição no volume de processos judiciais que tiveram alguma alteração em seus prognósticos que impactavam financeira e negativamente as provisões de contingências, e consequentemente sua atualização monetária;

Tais efeitos foram parcialmente compensados por:

- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 25,8 milhões nas rubricas de dívida (dívida marcação a mercado, Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap, encargos de dívidas, mútuos e custo de transação, variações monetárias debentures, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido ao aumento do CDI (3,41% 1T26 vs. 2,98% 1T25) em conjunto com um aumento no volume de dívida contratada entre os períodos analisados;
- Redução de R\$ 16,2 milhões na rubrica de atualização de créditos tributários, uma vez que em Dezembro/24, com base no posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que não incidem Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) sobre a parcela da taxa SELIC na repetição de indébitos tributários, foi registrado um crédito tributário no ativo referente aos valores que a Companhia pagou a maior de imposto entre 2021 e 2024 ao considerar a correção pela taxa Selic sobre valores que deveriam ser devolvidos pelo governo. Com o aumento desse crédito, ocorreu uma maior atualização monetária ocorrida no 1T25, o que não aconteceu para o 1T26;
- Aumento de R\$ 9,1 milhões na rubrica de deságio financeiro - subsídio CDE devido à antecipação de parte dos créditos homologados referente a este subsídio.

Resultado Líquido



A Enel Rio registrou lucro líquido de R\$ 109,6 milhões no 1T26, o que representa um aumento de R\$ 59,8 milhões em relação ao 1T25 em decorrência principalmente, de melhor margem e redução das despesas de depreciação e amortização. Os efeitos não operacionais (resultado financeiro e impostos) se neutralizaram, e assim não impactaram de forma relevante o resultado líquido.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Dívida bruta (R\$ mil)	4.956.237	4.669.116	6,1%	4.372.529	13,3%
Dívida com Terceiros	3.450.040	-	-	2.672.899	29,1%
Dívida Intercompany	1.506.197	4.669.116	-67,7%	1.699.630	-11,4%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	154.745	298.117	-48,1%	316.635	-51,1%
Dívida líquida (R\$ mil)	4.801.492	4.370.999	9,8%	4.055.894	18,4%
Dívida Bruta / EBITDA(2)*	2,31	2,08	11,1%	2,05	12,7%
Dívida Líquida / EBITDA(2)*	2,24	1,94	15,5%	1,90	17,9%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,33	0,35	-5,1%	0,31	8,3%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,33	0,34	-4,4%	0,29	11,7%

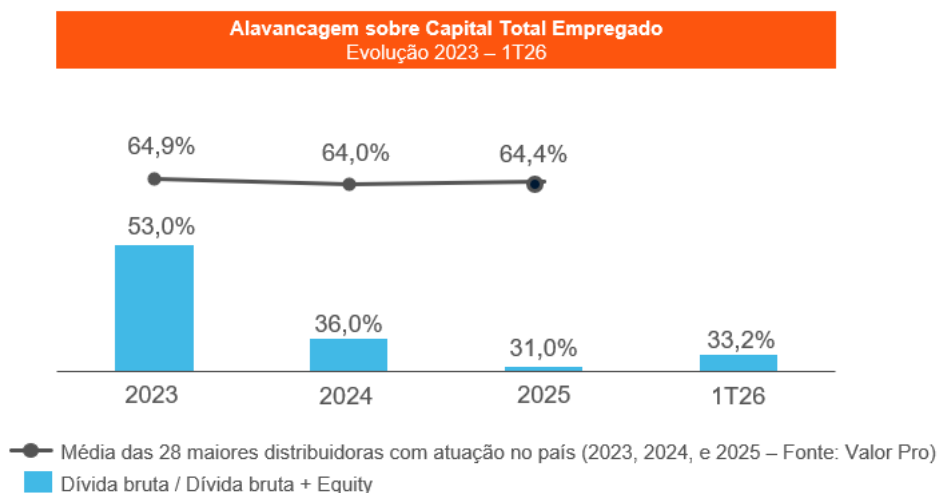
(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

(2)* EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses) + Provisões para crédito de liquidação duvidosa + Recuperação/perda de recebíveis de clientes + Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Comentário do Desempenho

A dívida bruta da Companhia aumentou R\$ 287 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) novas captações no montante de R\$ 3.580 milhões para capital de giro e refinanciamento de dívidas; (ii) provisão de encargos e variações monetárias de R\$ 759 milhões; parcialmente compensados por: (iii) amortizações em torno de R\$ 1.867 milhões; (iv) pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 585 milhões, e (v) capitalização de mútuos no valor de R\$ 1.600 milhões.

A Enel Distribuição Rio encerrou o 1T26 com o custo médio de dívida de 16,02% a.a. Já a alavancagem sobre o capital total empregado fechou em 33%, conforme evolução demonstrada no gráfico abaixo.



Classificação de Riscos (Rating)

Em 24 de abril de 2026, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings revisou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil de AAA (bra) para 'AA+ (bra)', com perspectiva negativa.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de março de 2026 era de R\$ 80 milhões.

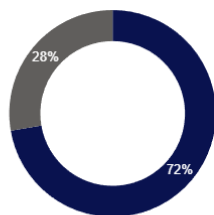
A Companhia conta com o apoio financeiro do Grupo Enel, por meio da Enel Brasil e de várias de suas subsidiadas, que disponibilizaram recursos para financiar investimentos e capital de giro, de acordo com as anuências prévias da ANEEL, conforme Despachos N°s 2.979/2018, 1.923/2020, 647/2021, 902/2021 e 3.754/2021.

Os mútuos que venceram no 1º trimestre foram liquidados e a Companhia segue avaliando as opções financeiras para liquidação de mútuos nos próximos vencimentos de 2026. Para a realização de financiamentos com bancos e captações no mercado de capitais, a Companhia pode utilizar, quando necessário e conveniente, a garantia da Enel Brasil e, eventualmente, de outras empresas do Grupo, requerendo a aprovação da Aneel, caso necessário, conforme regulamentação vigente.

A capacidade de suporte pelo Grupo é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez, a qual permitiu a realização de operações de mútuos e eventuais aportes de capital realizados nos últimos anos. Tal capacidade de suporte se manteve na posição verificada de 31 de março de 2026 dos Controladores, e prospectivamente por meio de contrato de linha de crédito firmado entre Enel Américas e a Enel Brasil em 20 de abril de 2026 no montante de USD 2 bilhões.

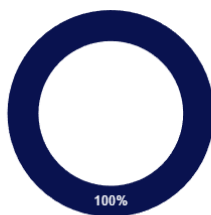
Comentário do Desempenho

Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em Mar/26



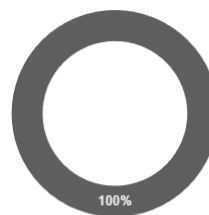
● Curto Prazo ● Longo Prazo

Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em Mar/26



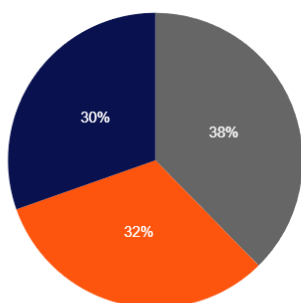
● Reais (BRL)

Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em Mar/26



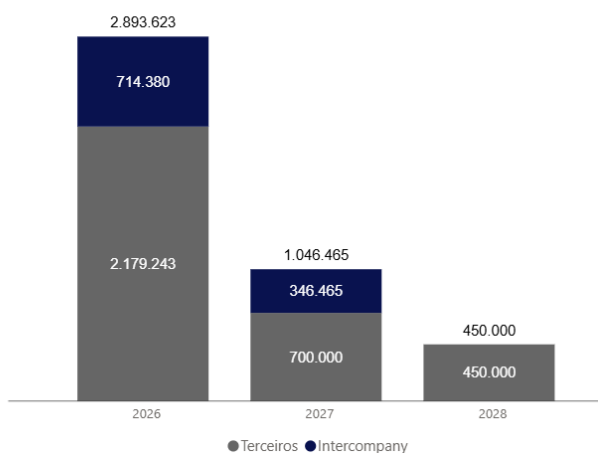
● CDI

Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em Mar/26



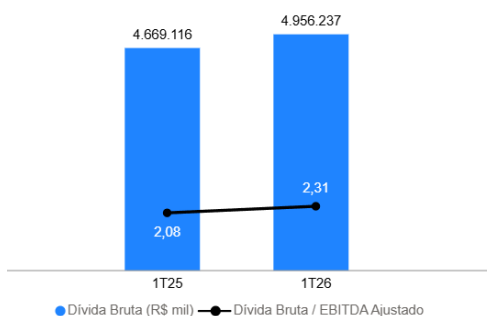
● Notas Comerciais ● Bancos ● Mútuo

Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$Mil)
Posição Final em Mar/26



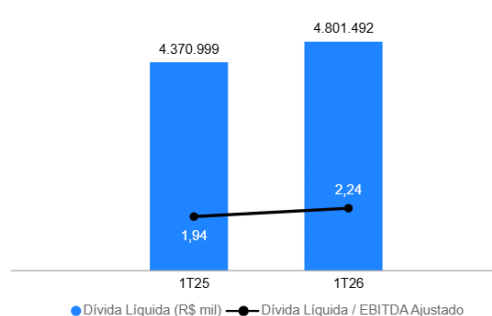
● Terceiros ● Intercompany

Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA (Veze)
Evolução 1T25 - 1T26



● Dívida Bruta (R\$ mil) —● Dívida Bruta / EBITDA Ajustado

Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Veze)
Evolução 1T25 - 1T26



● Dívida Líquida (R\$ mil) —● Dívida Líquida / EBITDA Ajustado

Investimentos*

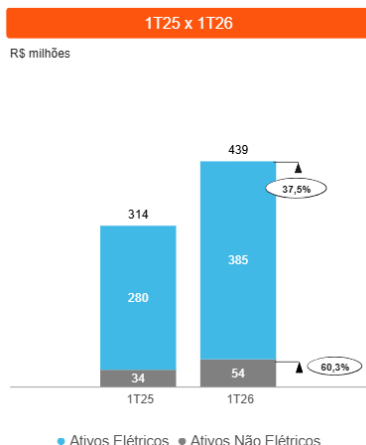
* Valores não auditados pelos auditores independentes

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Manutenção	197.711	122.773	61,0%	235.047	-15,9%
Crescimento	104.921	82.402	27,3%	295.790	-64,5%
Novas Conexões	136.826	96.403	41,9%	201.159	-32,0%
Financiado pela Companhia	439.459	301.578	45,7%	731.996	-40,0%
Financiado pelo Cliente	-	12.515	-100,0%	22.642	-100,0%
Total	439.459	314.093	39,9%	754.638	-41,8%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

Ativos Elétricos e Não Elétricos



A Companhia investiu no 1T26 o total de R\$ 439,5 milhões, montante 39,9% superior ao valor registrado no 1T25 (R\$ 314,1 milhões).

Do total investido no trimestre, destacam-se: (i) R\$ 197,7 milhões investidos para atividades de manutenção, sendo R\$ 140,1 milhões para as atividades relacionadas a manutenção corretiva e (ii) na parte de crescimento foram investidos R\$ 104,9 milhões, com destaque para atividades voltadas ao programa de Confiabilidade no desenvolvimento (R\$ 30,6 milhões), além do de Qualidade para melhoria da qualidade dos serviços (R\$ 22,9 milhões), Telecontrole (R\$ 21,1 milhões) e ao programa de redução de perdas, programa de investimento específico destinado a reduzir as perdas de rede (não técnicas) justificadas por avaliações técnicas por meio de inspeções de fraude (R\$ 13,2 milhões).

ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG) NA ENEL

A Enel Brasil se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas como **confiança, inovação, proatividade, flexibilidade e respeito**.

Os pilares ESG (*Environment, Social and Governance*) fazem parte da nossa estratégia de sustentabilidade, assim como a Agenda 2030 da ONU, ambos direcionadores considerados tendências no setor elétrico. Além disso, consideramos em nossa estratégia os grandes desafios da atualidade, como a transição energética acessível e justa, baseada nas fontes renováveis de geração. Dessa maneira buscamos contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Desse total, quatro orientam a nossa criação de valor: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A nossa estratégia de sustentabilidade considera os resultados de escutas de diversas partes interessadas, e uma avaliação dos impactos, riscos e oportunidades ESG que a Enel pode provocar ou sofrer, realizada com base na metodologia de dupla materialidade ESG. A metodologia de dupla materialidade define como as empresas devem relatar seu desempenho nos temas ambientais, sociais e de governança considerando tanto as atividades da empresa que impactam o meio ambiente e a sociedade (materialidade de impacto ou "de dentro para fora"), quanto aquilo que afeta o desempenho financeiro da organização (materialidade financeira, ou "de fora para dentro").

A partir disso, os objetivos são definidos e desdobrados em metas e iniciativas de curto, médio e longo prazos,

compondo o Plano de Sustentabilidade revisto anualmente e reportado periodicamente ao Conselho de Administração, de forma a garantir a transparência e o monitoramento da nossa jornada rumo ao progresso sustentável.

O atual Plano de Sustentabilidade da Enel Brasil, abrange o ciclo 2026-2028 e estabelece objetivos ESG específicos em 3 pilares temáticos. Sendo 2 pilares ambientais sobre Mudanças Climáticas e Capital Natural, e um terceiro pilar voltado para o tema social com foco na Transição Justa e Inclusiva. Esses pilares são sustentados, de maneira transversal, por duas bases temáticas. Governança Sólida é a primeira delas a fim de garantir as melhores e mais atuais práticas de integridade, transparência e de gestão quanto ao respeito dos direitos humanos em todas as nossas operações. E a segunda, Aceleradores de Crescimento, para garantir a adoção de práticas de inovação, digitalização e economia circular, a fim de fortalecer a estratégia do Grupo.

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – Assessment Ambiental, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a ENEL e o programa ECoS- Extra-checking on site que verifica a performance ambiental dos processos ENEL. Importante destacar que estes programas compõem do Sistema de Gestão ambiental certificado, ISO 14001.

A fim de contribuir com uma Transição energética Justa e Inclusiva e gerar valor compartilhado para a sociedade e comunidades locais, onde a Enel está inserida, em especial nas regiões de maior vulnerabilidade social, a companhia mantém o programa Enel Compartilha, que inclui projetos socioambientais voltados aos temas da eficiência energética, economia circular, educação para o consumo consciente e seguro de energia, cidadania, além de geração de renda e empregabilidade, ambos alinhados aos compromissos de sustentabilidade e à estratégia de negócio do Grupo Enel no Brasil.

Dessa forma, ao final do primeiro trimestre de 2026, a Enel Distribuição Rio acumulou o investimento de R\$ 1,5 milhão e beneficiou 53.917 pessoas por meio de 8 projetos. Como destaque do período, relacionamos alguns projetos do programa Enel Compartilha:

Enel Rio lança edital 2026 da Chamada Pública de Projetos - ODS 7

A Enel Rio lançou, em fevereiro, a Chamada Pública de Projetos (CPP 001/2026), que dá aos clientes da distribuidora a oportunidade de apresentarem projetos com foco no consumo eficiente de energia. Ao todo, serão disponibilizados R\$ 8 milhões para iniciativas de iluminação pública e setores como comércio, indústria, rural, residencial, serviço e poder público. Poderão participar da Chamada Pública iniciativas de iluminação pública com valores entre R\$ 400 mil e R\$ 800 mil. Já para outras tipologias, os valores podem variar entre R\$ 1 milhão e R\$ 1,8 milhão, em projetos que envolvam troca de equipamentos por modelos mais eficientes, modernização de sistemas motrizes, instalação de aquecedores solares e sistemas fotovoltaicos, e modernização de sistemas de iluminação e refrigeração. Para este ano, a novidade é a possibilidade de inclusão de projetos que envolvam sistemas de armazenamento de energia em baterias (BESS), uma tecnologia que permite gerenciar o uso da energia para momentos estratégicos.

Projeto de iluminação pública é entregue em Macaé – ODS 7

A Enel Distribuição Rio realizou, em janeiro, a entrega das obras de modernização e eficiência energética da iluminação pública de Macaé. Com investimentos de aproximadamente R\$ 560 mil, viabilizados por meio do Programa de Eficiência Energética da ANEEL, o projeto contemplou a substituição de 472 pontos de iluminação pública do município por lâmpadas LED, mais econômicas, eficientes e duradouras. A estimativa é que as obras de eficiência energética gerem uma economia de 683 MWh/ano, o equivalente ao consumo energético de 335 residências em um ano, com benefícios econômicos para a cidade e toda a população. A energia economizada evitará a emissão de 42 toneladas de CO2 anualmente na atmosfera, um impacto ambiental positivo equivalente ao plantio de 300 árvores por ano. Esta ação foi implementada em parceria com a Prefeitura Municipal de Macaé.

Enel Rio leva atividades educativas para evento promovido pelo PROCON – ODS 7

No dia 16 de janeiro, a Enel Distribuição Rio participou da Ação Consumidor Social, promovida pelo Procon RJ no município de São Gonçalo. O evento itinerante percorre algumas cidades do Rio, onde realiza diversos atendimentos especiais e oferece serviços públicos à população. Durante a ação, mais de 400 pessoas compareceram ao evento para tirar dúvidas e receber atendimentos relacionados a diversos serviços públicos. Nos estandes da Enel, 120 famílias foram beneficiadas com atendimento personalizado, troca de lâmpadas e distribuição de brindes.

Enel Compartilha Eficiência promove troca de geladeiras em parceria com prefeituras – ODS 7

O mês de março marcou a atuação do projeto Enel Compartilha Eficiência em diversos municípios do interior do estado do Rio de Janeiro, em parceria com prefeituras. No dia 17, a ação ocorreu em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Varre-Sai e contou com a presença do prefeito do município. Cinquenta famílias

Comentário do Desempenho

foram beneficiadas com a troca de geladeiras e lâmpadas por modelos eficientes. No dia 25, ocorreu a entrega de 60 geladeiras para famílias de baixa renda do bairro Monsuaba, em Angra dos Reis. A iniciativa ocorreu em parceria com a Secretaria Municipal de Habitação e contou com a presença de autoridades municipais e representantes da distribuidora. Já em 31 de março, clientes do município de Cantagalo foram contemplados com a troca de mais 70 geladeiras, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social. De janeiro a março de 2026, o programa já realizou a troca de 690 geladeiras para clientes de 11 municípios. O projeto prevê a troca de 2.280 geladeiras ao longo de 2026.

Indicadores ASG - Enel Rio*

ESG

Indicadores

	1T26	1T25
Colaboradores Próprios (Unid)	2.509	1.972
Colaboradores terceirizados (Unid)	10.971	9.951
% de mulheres na Empresa	12,6%	12,2%
% de mulheres em cargos de liderança (1)	18,1%	19,2%
Taxa de Rotatividade (2)	3,3%	4,7%
Número de membros no conselho (Unid)	5	6
% de mulheres no conselho	20,0%	16,7%
Beneficiados pelos projetos sociais**	53.917	36.395
Resíduos perigosos enviados para recuperação	100%	100%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	93%	81%
Avaliação de fornecedores ambientais (3)	3	2
Realização de ECoS Ambiental (4)	-	-

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários

(3) Meta 2026: 11; (4) Meta 2026: 1

**Nota sobre o número de Beneficiados pelos projetos sociais: A Companhia considera, na apuração de beneficiados, tanto os beneficiados diretos quanto os indiretos, refletindo o alcance ampliado de suas iniciativas.

No 4T25, houve uma mudança nos critérios de apuração de beneficiados, realizada à nível Holding, aumentando significativamente a contabilização de beneficiados indiretos, que são estimados com base em métricas específicas, que consideram o impacto das ações sobre as famílias e o investimento financeiro associado aos projetos. A mudança realizada expandiu o número de categorias de projetos, acompanhando o aumento do escopo e do volume de investimentos da Companhia.

ASPECTOS REGULATÓRIOS

Reajuste Tarifário Anual 2026

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 10 de março de 2026, deliberou sobre o Reajuste Tarifário anual de 2026 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2026, Resolução Homologatória nº 3.570/2026.

A aprovação do Reajuste Tarifário Anual de 2026 da Companhia foi de um índice de reajuste de +7,05% composto por (i) reajuste econômico de +5,72%, sendo +4,79% de Parcela A, +0,93% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +1,33%. Considerando a retirada do componente financeiro do último processo tarifário de +8,41%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +15,46%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Reajuste tarifário

Encargos setoriais	+2,43%
Energia comprada	+1,15%
Encargos de transmissão	+0,93%
Receita irrecuperável	+0,28%
Parcela A	+4,79%
Parcela B	+0,93%
Reajuste econômico	+5,72%
CVA total	+5,72%
Outros itens financeiros	-4,39%
Reajuste financeiro	+1,33%
Índice de reajuste total	+7,05%
Componentes financeiros do processo anterior	+8,41%
Efeito para o consumidor	+15,46%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o reajuste tarifário, tiveram os seguintes impactos:

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em +7,5%, representando +4,79% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 1.601 milhões. Uma variação de +14,5% em relação ao processo anterior, representando +2,43% no reajuste econômico;
- Custos de Aquisição de Energia: R\$ 2.775 milhões. O aumento de +3,6% decorrem principalmente do aumento do custo unitário de contratos dos CCEARs por disponibilidade. O custo de compra de energia representa +1,44% no reajuste econômico, englobando a receita irrecuperável da Companhia de +0,28%; e
- Custos de Transmissão: R\$ 1.175 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de +7,01%, correspondendo a um efeito de +0,93% no reajuste econômico, devido a redução das tarifas na rede básica.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em +2,6%, representando uma participação de +0,93% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de +3,59% no período de 12 meses findos em fevereiro de 2026; e
- Fator X de +0,44%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,576%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel RJ;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de +0,161%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -0,300%.

Componentes financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 110.665, dentre os quais destacam-se: R\$ 477.323, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); sobrecontratação de R\$ 13.648; negativo de PIS/COFINS de R\$ 499.047; e uma previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 219.929.

O reajuste tarifário médio de +15,46% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	+19,94%
Baixa Tensão	+14,23%
Efeito Médio	+15,46%

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Desde dezembro de 2024 até abril de 2025 as condições hidrológicas brasileiras estavam favoráveis, consequentemente sem necessidade de acionamento das bandeiras tarifárias, estando o patamar em verde. Em maio de 2025 o acionamento da bandeira foi amarela devido a redução das chuvas em razão da transição do período chuvoso para o período seco do ano, tornando as previsões de chuvas e vazões nas regiões dos reservatórios, para os próximos meses, abaixo da média. Já em junho de 2025 o acionamento da bandeira tarifário foi vermelha patamar 1, pois o cenário de afluentes estava abaixo da média em todo o Brasil, reduzindo a projeção de geração hidráulica e aumentando a geração térmica.

Este mesmo cenário permaneceu em julho de 2025, o que acarretou na manutenção do acionamento da bandeira tarifária em vermelha patamar 1. Porém em agosto e em setembro de 2025 o cenário de escassez se agravou, sendo necessário o acionamento do patamar 2 da bandeira vermelha.

A partir de outubro de 2025 as condições começaram a ficar mais favoráveis rebaixando a bandeira para vermelha patamar 1, se mantendo assim até novembro de 2025. Com condições cada vez mais favoráveis, em dezembro se fixou a bandeira amarela.

A bandeira tarifária vigente no mês de janeiro foi verde, graças a manutenção do volume de chuvas e do nível dos reservatórios das usinas, não sendo necessário despachar as usinas termelétricas no mesmo nível do mês anterior. A bandeira verde se manteve também para os meses de fevereiro a março de 2026.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2025 e 2026, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

	2025	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
PLD gatilho - R\$/MWh		58,60	58,60	264,69	208,03	241,89	310,35	228,45	310,30	315,54	297,32	333,39	304,02

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Comentário do Desempenho

2026	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	183,05	354,65	427,08	258,01								
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2024, o Despacho n.º 3.625 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2025. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.542,23/MWh e o valor mínimo em R\$ 58,60/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

Em 19 de dezembro de 2025, o Despacho n.º 3.850 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2026. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.611,04/MWh e o valor mínimo em R\$ 57,31/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2026 com término previsto para 31 de dezembro de 2026.

ANEXO 1

Comentário do Desempenho

	1T26	1T25	Var. %
Receita Operacional Bruta	3.900.719	3.441.345	13,3%
Fornecimento de Energia - Mercado Cativo e Livre	2.928.694	2.962.531	-1,1%
CVA	338.370	-52.807	<-100,0%
Receita de Construção	426.180	341.496	24,8%
Outras Receitas	207.475	190.125	9,1%
Deduções da Receita Operacional	(1.233.222)	(1.133.629)	8,8%
Receita Operacional Líquida	2.667.497	2.307.716	15,6%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(1.311.121)	(1.113.981)	17,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(982.811)	(794.893)	23,6%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(328.310)	(319.088)	2,9%
Custo/Despesa Operacional	(1.025.219)	(918.480)	11,6%
Pessoal	(95.395)	(58.949)	61,8%
Material e Serviços de terceiros	(219.521)	(168.801)	30,0%
Depreciação e amortização	(170.650)	(209.043)	-18,4%
Provisões	(8.500)	(71.268)	-88,1%
Custo de construção	(426.180)	(341.496)	24,8%
Outros	(98.259)	(50.416)	94,9%
Outras receitas/despesas operacionais	(6.714)	(18.507)	-63,7%
EBITDA	501.807	484.298	3,62%
EBIT	331.157	275.255	20,3%
Resultado Financeiro	(189.954)	(231.862)	-18,1%
Receita Financeira	166.037	59.355	>100,0%
Despesa Financeira	(356.072)	(291.087)	22,3%
Variações Cambiais	81	(130)	<-100,0%
Resultado antes dos impostos	141.203	43.393	>100,0%
IR/CS	(31.568)	6.413	<-100,0%
Lucro/Prejuízo Líquido	109.635	49.806	>100,0%

Notas Explicativas

Enel Distribuição Rio

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2026 e 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	154.604	316.498
Títulos e valores mobiliários	6	141	137
Contas a receber de clientes	7	2.655.331	2.568.894
Ativo financeiro setorial	9	599.280	517.388
Créditos a receber - subvenção e outros	8	500.468	152.837
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	10	169.546	143.223
Outros tributos compensáveis	10	666.139	808.341
Serviços em curso		55.027	52.525
Outros créditos		189.313	206.813
Total do ativo circulante		4.989.849	4.766.656
<u>Ativo não circulante</u>			
Contas a receber de clientes	7	159.441	182.014
Ativo financeiro setorial	9	236.753	2.796
Outros tributos compensáveis	10	2.128.755	2.081.184
Depósitos vinculados	18	325.338	325.001
Tributos diferidos	24	1.157.021	1.176.377
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	11.1	1.056.289	1.045.643
Ativo financeiro indenizável (concessão)	11.2	10.205.811	9.727.199
Imobilizado	12	341.447	359.866
Intangível	11.3	1.730.224	1.782.041
Total do ativo não circulante		17.341.079	16.682.121
Total do ativo		22.330.928	21.448.777

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



Enel Distribuição Rio

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2026 e 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	13	1.831.665	2.156.541
Empréstimos e financiamentos	15	3.571.423	3.429.224
Obrigações por arrendamentos		61.921	68.197
Outras obrigações fiscais		182.817	161.442
Dividendos a pagar	19	236.643	236.643
Salários, provisões e encargos sociais		85.929	88.607
Encargos setoriais	14	60.386	70.252
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	16	270.483	364.457
Geração distribuída	22.1.1	118.879	106.412
Consumidores - desconto CDE	8	601.849	94.306
Instrumentos financeiros derivativos	26	21.471	3.664
Outras obrigações		258.723	224.387
Total do passivo circulante		7.302.189	7.004.132
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	15	1.363.343	939.641
Obrigações por arrendamentos		94.854	103.981
Outras obrigações fiscais		9.437	10.629
Encargos setoriais	14	131.638	119.753
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	16	2.241.222	2.194.490
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	351.429	346.046
Provisões para processos judiciais e outros riscos	18	866.714	845.944
Outras obrigações		73	63
Total do passivo não circulante		5.058.710	4.560.547
<u>Patrimônio líquido</u>	19		
Capital social		8.553.230	8.553.230
Reserva de capital		23.254	23.254
Reserva de lucros		1.307.614	1.307.614
Outros resultados abrangentes		(23.704)	-
Lucros acumulados		109.635	-
Total do patrimônio líquido		9.970.029	9.884.098
Total do passivo		22.330.928	21.448.777

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



Enel Distribuição Rio

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Receita líquida	21	2.667.497	2.307.716
Custo	22	(2.165.492)	(1.858.828)
Lucro bruto		502.005	448.888
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	22		
Despesas com vendas		-	(5.938)
Despesas gerais e administrativas		(92.197)	(80.788)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(108.109)	(110.934)
Outras receitas operacionais		29.458	24.027
Total despesas operacionais		(170.848)	(173.633)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		331.157	275.255
<u>Resultado financeiro</u>	23		
Receitas financeiras		166.037	59.355
Despesas financeiras		(356.072)	(291.087)
Variações cambiais líquidas		81	(130)
Total do resultado financeiro		(189.954)	(231.862)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		141.203	43.393
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	24		
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(6.009)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(31.568)	12.422
Total dos tributos sobre o lucro		(31.568)	6.413
Lucro líquido do período		109.635	49.806
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	20	0,2419	0,1279

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Enel Distribuição Rio

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Lucro líquido do período		109.635	49.806
<u>Outros resultados abrangentes</u>			
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Ganho em instrumentos financeiros derivativos		-	2.811
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	24	-	(956)
Valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE		(35.916)	-
Tributos diferidos sobre valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE	24	12.212	-
Total dos resultados abrangentes do período, líquido de impostos		85.931	51.661

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Enel Distribuição Rio

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucro (prejuízo) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva de ágio	Remuneração do imobilizado em curso	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.953.230	(2.772)	2.308	20.946	176.028	1.294.205	-	(1.855)	8.442.090
Resultado abrangente total:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	49.806	-	49.806
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	2.811	2.811
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	(956)	(956)
Saldo em 31 de março de 2025	6.953.230	(2.772)	2.308	20.946	176.028	1.294.205	49.806	-	8.493.751
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.553.230	-	2.308	20.946	176.028	1.131.586	-	-	9.884.098
Resultado abrangente total:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	109.635	-	109.635
Valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE	-	-	-	-	-	-	-	(35.916)	(35.916)
Tributos diferidos sobre valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE	-	-	-	-	-	-	-	12.212	12.212
Saldo em 31 de março de 2026	8.553.230	-	2.308	20.946	176.028	1.131.586	109.635	(23.704)	9.970.029

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Enel Distribuição Rio

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	109.635	49.806
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	181.920	219.396
Variações cambiais da dívida	(14.422)	(25.030)
Marcação a mercado da dívida	1.229	(596)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - variação cambial	14.422	25.050
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	(1.509)	524
Atualização do ativo financeiro da concessão	(175.685)	(161.831)
Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais	(156.028)	(24.441)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(20.126)	36.491
Perda de recebíveis de clientes	128.235	74.443
Atualização monetária de processos judiciais	44.762	59.784
Provisões para processos judiciais e outros riscos	39.600	44.076
Juros sobre obrigações de arrendamento	5.411	7.171
Juros sobre empréstimos e financiamentos	169.791	146.096
Juros sobre operações com instrumento derivativo	4.894	4.798
Benefício pós-emprego	10.241	4.549
Baixa de ativo intangível	609	1.150
Baixa de ativo imobilizado	780	-
Custo de transação	2.270	-
Geração distribuída	12.467	(61.829)
Tributos e contribuições sociais diferidos	31.568	(12.422)
(Redução) aumento dos ativos		
Contas a receber de clientes	(171.973)	(240.579)
Ativo financeiro setorial	(315.849)	(3.010)
Créditos a receber - subvenção e outros	(347.631)	41.761
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(26.323)	(23.253)
Outros tributos compensáveis	94.631	14.685
Depósitos vinculados	(337)	5.809
Serviços em curso	(2.502)	871
Outros créditos	24.480	(11.700)
(Redução) aumento dos passivos		
Fornecedores	(324.876)	98.947
Outras obrigações fiscais	20.183	6.554
Salários, provisões e encargos sociais	(2.678)	1.519
Encargos setoriais	2.019	11.845
Consumidores - desconto CDE	471.627	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(47.242)	(62.073)
Passivo financeiro setorial	156.028	198.634
Outras obrigações	34.346	44.510
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(81.174)	(19.679)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(5.558)	(6.100)
Pagamento de juros de obrigações com derivativo	-	(35.464)
Pagamento de outras obrigações com benefício pós-emprego	(4.858)	(14.874)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(63.592)	(52.357)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(201.215)	343.231
Atividades de investimentos		
Adições para ativo imobilizado	(455)	4.190
Adições para ativo contratual	(439.004)	(343.782)
Consumidores participação financeira	5.833	2.283
Títulos e valores mobiliários	(4)	(3)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(433.630)	(337.312)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	930.000	468.516
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(441.793)	(636.505)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(15.256)	(15.429)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	-	54.401
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	472.951	(129.017)
Variação no caixa líquido	(161.894)	(123.098)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	316.498	421.090
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	154.604	297.992

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Enel Distribuição Rio

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

 Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025
 (Valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
1. Receitas	3.950.303	3.426.777
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	3.930.177	3.463.268
Fornecimento de energia elétrica	3.474.539	3.099.849
Outras receitas	29.458	21.923
Receita relativa à construção de ativos próprios	426.180	341.496
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	20.126	(36.491)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(2.196.153)	(1.822.691)
Materiais	(142.485)	(101.901)
Outros custos operacionais	(168.241)	(131.919)
Custo de energia comprada e transmissão	(1.407.164)	(1.201.465)
Serviço de terceiros	(478.261)	(387.406)
3. Valor adicionado bruto	1.754.152	1.604.086
4. Retenções	(181.920)	(219.396)
Depreciação e amortização	(181.920)	(219.396)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.572.230	1.384.690
6. Valor adicionado recebido em transferência	180.579	196.070
Receitas financeiras	180.579	196.070
7. Valor adicionado total a distribuir	1.752.811	1.580.760
8. Distribuição do valor adicionado	1.752.811	1.580.760
Pessoal	119.609	82.992
Remunerações	77.796	52.418
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	5.400	6.291
Previdência privada	3.148	2.937
Auxílio alimentação	13.023	7.236
Convênio assistencial e outros benefícios	10.886	6.968
FGTS	4.469	3.375
Outros encargos sociais	4.887	3.767
Tributos (Governo)	1.159.707	1.027.805
Federais	154.111	93.442
Imposto de renda e contribuição social	31.568	(6.413)
COFINS	88.815	73.443
PIS	19.093	15.945
INSS	14.635	10.467
Estaduais	666.565	678.818
ICMS	666.565	678.818
Municipais	2.177	2.449
ISS	688	968
IPTU	1.099	1.164
Outros municipais	390	317
Encargos setoriais	336.854	253.096
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	300.112	229.884
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	19.809	18.113
Encargos do consumidor - CCRBT	14.212	2.587
Taxa de fiscalização - ANEEL	2.721	2.512
Remuneração de capitais de terceiros	363.860	420.157
Juros	370.614	427.802
Aluguéis	(6.754)	(7.645)
Remuneração de capitais próprios	109.635	49.806
Lucros retidos	109.635	49.806

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia", "Ampla" ou "Enel Distribuição Rio"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais.

O contrato de Concessão de Distribuição de energia elétrica nº 005/1996, tem prazo de duração de 30 anos, com vencimento em dezembro de 2026 (vide nota explicativa nº 1.2). Em 14 de março de 2017, a Companhia assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 15 de março de 2023, e o último reajuste tarifário anual ocorreu em 15 de março de 2025 (nota explicativa nº 4).

1.1 Decreto 12.068/2024 e o novo Contrato de Concessão

Em 21 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que estabelece as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição com vencimento entre 2025 e 2031. O referido decreto definiu os critérios de elegibilidade para a prorrogação do contrato, além de estabelecer diretrizes do novo contrato de concessão. Em 25 de fevereiro de 2025, a ANEEL aprovou a minuta do contrato de concessão, formalizada por meio do Despacho nº 517/2025. Em 25 de março de 2025, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o envio do requerimento de prorrogação à agência reguladora. Dessa forma, a Companhia protocolou na ANEEL em 28 de março de 2025, o pedido formal de antecipação da prorrogação da sua concessão pelo prazo de 30 anos, de acordo com o disposto no Decreto 12.068/2024. Em 19 de agosto de 2025, por meio do Despacho nº 2.485/2025, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) a prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição da Enel RJ (de acordo com a decisão da ANEEL, a empresa cumpriu os critérios estabelecidos no Decreto nº 12.068/2024). O processo de prorrogação encontra-se aguardando tramitação perante o MME.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, emitidas em 24 de fevereiro de 2026 (última demonstração financeira anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 29 de abril de 2026.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Rio de Janeiro), e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3. Principais políticas e estimativas

As normas, políticas contábeis, e estimativas relevantes aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e, portanto, devem ser lidas em conjunto (com exceção das normas divulgadas na nota 3.1).

As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no trimestre findo em 31 de março de 2026, bem como sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo 31 de dezembro de 2025, aprovadas pela Administração em 20 de fevereiro de 2026.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

3.1 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2026

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante. Requisitos de classificação e mensuração no IFRS 9 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11 (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao Volume 11)	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado. Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	1º de janeiro de 2026
IFRS 7 - Contratos de compra de energia (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 7)	As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.	1º de janeiro de 2026

3.2 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis foram emitidas para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2026, e ainda não estão vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.	1º de janeiro de 2027
	As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras).	
	Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.	
	Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	

4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

4.1 Reajuste tarifário anual 2026

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 10 de março de 2026, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2026 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2026, Resolução Homologatória nº 3.570/2026.

A aprovação do Reajuste Tarifário Anual de 2026 da Companhia foi de um índice de reajuste de +7,05% composto por (i) reajuste econômico de +5,72%, sendo +4,79% de Parcela A, +0,93% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +1,33%. Considerando a retirada do componente financeiro do último processo tarifário de +8,41%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +15,46%, sendo +19,94% para alta tensão e +14,23% para baixa tensão.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste tarifário

Encargos setoriais	2,43%
Energia comprada	1,15%
Encargos de transmissão	0,93%
Receita irrecuperável	0,28%
Parcela A	4,79%
Parcela B	0,93%
Reajuste econômico	5,72%
CVA total	5,72%
Outros itens financeiros	-4,39%
Reajuste financeiro	1,33%
Índice de reajuste total	7,05%
Componentes financeiros do processo anterior	8,41%
Efeito para o consumidor	15,46%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o reajuste tarifário, tiveram os seguintes impactos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em +7,5%, representando +4,79% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em +2,6%, representando uma participação de +0,93% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de +3,59% no período de 12 meses findos em fevereiro de 2026; e
- Fator X de +0,44%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,576%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel RJ;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de +0,161%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -0,300%.

Componentes financeiros: Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R\$ 110.665, dentre os quais destacam-se: positivo de R\$ 477.323, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); positivo da sobrecontratação de R\$ 13.648 e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 219.929; sendo estes valores parcialmente compensados pelo negativo de PIS/COFINS de R\$ 499.047.

4.2 Bandeira tarifária

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.306/2024 a ANEEL estabeleceu novos valores para os patamares de acionamento das bandeiras tarifárias, vigentes a partir de 1º de abril de 2024, sendo:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

O ano de 2026 começou com níveis de reservatório e projeções hidrológicas favoráveis, mantendo o patamar verde.

4.3 Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, estabelecendo a substituição dos tributos atuais por um modelo baseado em um Imposto sobre Valor Adicionado dual:

- (i) Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, em substituição ao PIS e à Cofins;
- (ii) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, em substituição ao ICMS e ao ISS.

A reforma também criou o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, destinado à tributação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, cuja lista será definida em legislação complementar.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar - LC nº 214/2025, derivada do PLP 68/2024, regulamentando dispositivos centrais da reforma, instituindo formalmente o IBS, a CBS, o IS e o Comitê Gestor do IBS (CG-IBS). Posteriormente, a Lei Complementar -LC nº 227/2026 detalhou a organização, atribuições e o processo administrativo tributário vinculado ao CG-IBS.

A legislação estabelece que o Comitê Gestor deve centralizar a arrecadação, a fiscalização e a distribuição do IBS, assegurando uniformidade nacional e simplificação no cumprimento das obrigações acessórias. A Companhia segue adequada às exigências já previstas, incluindo as adaptações relacionadas à emissão de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



documentos fiscais. O período de transição para o novo modelo ocorrerá entre 2026 e 2032, com coexistência dos sistemas antigo e novo. Durante essa fase, haverá aplicação gradual das alíquotas do IBS e da CBS e redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISS, conforme cronograma definido por lei complementar e pela regulamentação do Comitê Gestor.

Os impactos da reforma sobre os tributos mencionados dependem da definição das alíquotas finais da CBS e do IBS, que serão fixadas por leis ordinárias da União, estados e municípios dentro dos parâmetros estabelecidos pela LC 214/2025, inclusive considerando as alíquotas de referência definidas pelo Senado Federal. Assim, eventuais efeitos contábeis somente poderão ser reconhecidos quando a etapa regulatória estiver integralmente concluída.

Consequentemente, não há efeitos da reforma nas informações financeiras intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2026, permanecendo a necessidade de monitoramento contínuo da regulamentação complementar necessária à plena aplicação do novo sistema tributário.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2026	31.12.2025
Caixa e contas correntes bancárias	22.949	59.448
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	9.475	10.810
Operações compromissadas	122.180	246.240
Total	154.604	316.498

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de março de 2026, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 98,00% e 97,67% do CDI, respectivamente (99,14% e 97,25% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Fundos de investimentos exclusivos	6.1		
Operações compromissadas		44	64
Títulos públicos		60	42
CDB-DI		20	16
LF - Letra Financeira		17	15
Total		141	137

6.1 Fundos de investimento exclusivos: O saldo refere-se a fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 0,03% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2025.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período findo em 31 de março de 2026. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no período findo em 31 de março de 2026, em média, a 100,08% do CDI (99,95% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

7.1 Consumidores, revendedores e outros

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

	A vencer	até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Vencidos mais de 360 dias	Total	PECLD	31.03.2026
Classe de consumidores									
Residencial	261.521	234.164	37.971	90.615	182.244	1.441.791	2.248.306	(1.406.693)	841.613
Industrial	24.516	4.039	185	943	2.585	22.954	55.222	(15.686)	39.536
Comercial	60.038	36.840	7.167	16.983	30.558	218.634	370.220	(146.564)	223.656
Rural	5.902	7.603	1.083	1.735	2.509	22.392	41.224	(13.006)	28.218
Poder público	22.531	33.947	8.874	13.874	14.612	65.775	159.613	(29.862)	129.751
Iluminação pública	32.515	12.382	4.522	18.060	9.943	71.126	148.548	(18.191)	130.357
Serviço público	7.815	1.474	699	1.272	1.022	4.609	16.891	(2.389)	14.502
Fornecimento faturado	414.838	330.449	60.501	143.482	243.473	1.847.281	3.040.024	(1.632.391)	1.407.633
Receita não faturada	796.471	-	-	-	-	-	796.471	(366)	796.105
Parcelamento de débitos	369.404	35.497	13.592	37.829	68.193	274.830	799.345	(264.426)	534.919
Compartilhamento - uso mútuo	14.221	5.360	349	2.035	2.101	65.254	89.320	(32.281)	57.039
Agente de cobrança da iluminação pública	2.809	1.913	925	1.866	5.412	6.939	19.864	(788)	19.076
Total	1.597.743	373.219	75.367	185.212	319.179	2.194.304	4.745.024	(1.930.252)	2.814.772
							Circulante		2.655.331
							Não circulante		159.441

	A vencer	até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Vencidos mais de 360 dias	Total	PECLD	31.12.2025
Classe de consumidores									
Residencial	214.996	186.338	34.101	86.462	214.795	1.454.404	2.191.096	(1.407.452)	783.644
Industrial	15.801	4.170	443	1.181	4.620	21.626	47.841	(16.558)	31.283
Comercial	56.240	33.631	7.025	16.892	31.748	217.782	363.318	(143.832)	219.486
Rural	5.817	7.355	904	1.396	3.005	22.413	40.890	(12.564)	28.326
Poder público	17.757	26.706	6.112	12.547	16.231	65.697	145.050	(32.630)	112.420
Iluminação pública	31.220	22.685	9.425	6.747	5.773	72.031	147.881	(23.757)	124.124
Serviço público	7.495	1.962	447	647	829	4.574	15.954	(2.224)	13.730
Fornecimento faturado	349.326	282.847	58.457	125.872	277.001	1.858.527	2.952.030	(1.639.017)	1.313.013
Receita não faturada	842.789	-	-	-	-	-	842.789	(370)	842.419
Parcelamento de débitos	400.255	36.958	13.772	35.727	70.958	244.827	802.497	(261.444)	541.053
Compartilhamento - uso mútuo	10.376	3.991	580	1.087	2.002	36.343	54.379	(44.763)	9.616
Agente de cobrança da iluminação pública	2.820	926	940	2.698	10.686	31.521	49.591	(4.784)	44.807
Total	1.605.566	324.722	73.749	165.384	360.647	2.171.218	4.701.286	(1.950.378)	2.750.908
							Circulante		2.568.894
							Não circulante		182.014

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



7.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Contas a receber de clientes	Outros ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.757.512)	(21.785)	(1.779.297)
Provisões	(110.934)	-	(110.934)
Perda	74.443	-	74.443
Saldo em 31 de março de 2025	(1.794.003)	(21.785)	(1.815.788)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.950.378)	(15.436)	(1.965.814)
Provisões	(108.111)	-	(108.111)
Perda	128.237	-	128.237
Saldo em 31 de março de 2026	(1.930.252)	(15.436)	(1.945.688)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber reflete a melhor estimativa do Grupo e é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, retratando a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito, PIX e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Provisões/reversões	(108.111)	(110.934)
Total	(108.111)	(110.934)

8. Créditos a receber - subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Baixa renda - subsídio CDE		60.577	61.562
Subsídio CDE - ciclo corrente	8.2	347.079	-
CDE a receber - diferença ciclo anterior		87.203	85.666
Bônus - redução voluntária de consumo		5.609	5.609
Total		500.468	152.837

8.1 Subvenção da CDE – repasse CCEE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é um fundo setorial instituído pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de custear políticas públicas do setor elétrico, tais como subsídios tarifários para consumidores de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31.03.2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



baixa renda, descontos para irrigantes e aquicultores, entre outros. Os recursos da CDE são operacionalizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e homologados pela ANEEL nos processos anuais de reajuste tarifário das distribuidoras, conforme previsto no contrato de concessão e regulamentação vigente.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 3.435/2025, de março de 2025, definiu o montante anual da subvenção da CDE destinado à Companhia, a ser repassado pela CCEE até o 10º dia útil do mês subsequente a cada competência. Com a publicação da referida resolução, cria-se um direito líquido e certo de recebimento pela Companhia do valor total homologado da subvenção, bem como uma obrigação presente de conceder os descontos tarifários correspondentes aos consumidores elegíveis ao desconto. Dessa forma, visando refletir a substância econômica do ato homologatório, que gera direito de recebimento e obrigação de repasse, a Companhia efetuou o reconhecimento integral, do valor da subvenção da CDE homologada, mediante registro de ativo financeiro a receber da CCEE e passivo com consumidores. O ativo é reduzido pelos repasses da CCEE e o passivo é realizado conforme os descontos aplicados aos consumidores, conforme demonstrado a seguir:

	Nota	Passivo consumidores - desconto CDE	
		31.03.2026	31.12.2025
Valor homologado ANEEL		656.563	565.834
Descontos aplicados aos consumidores	8.1.1	(54.714)	(471.528)
Total		601.849	94.306

8.1.1 Os descontos tarifários aplicados aos consumidores, consideram o valor homologado, para os 12 meses subsequentes de faturamento, a partir do mês da homologação (março de 2026 e 2025).

8.2 Cessão de Recebíveis de Subvenção - CDE

A Companhia realizou em março de 2026 e setembro de 2025, operação de cessão de direitos creditórios sem direito de regresso, de parte dos créditos homologados da CDE junto a instituição financeira, com o objetivo de antecipar fluxos de caixa futuros.

A operação, estruturada sem direito de regresso ou coobrigação, transfere integralmente os riscos e benefícios associados aos créditos, atendendo aos critérios de desreconhecimento previstos no CPC 48. Consequentemente, os recebíveis cedidos foram baixados integralmente do ativo, e o valor do deságio foi reconhecido como despesa financeira.

Na operação realizada em março de 2026, o montante total de recebíveis CDE cedidos foram de R\$ 273.568, sendo o deságio financeiro (custo da operação) de R\$ 9.142. Dessa forma, o ingresso líquido no caixa da Companhia foi de R\$ 264.426.

Ainda dentro do escopo do CPC 48, a Companhia reconheceu o ativo integralmente homologado a valor justo, no montante de R\$ 35.916, em contrapartida de outros resultados abrangentes, sendo o objetivo da Companhia manter o ativo financeiro dentro de um modelo de negócio cuja intenção é tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto a cessão.

A operação não altera a base regulatória, nem os valores futuros de subvenção a serem repassados pela CCEE.

A movimentação do ativo financeiro registrado, relacionado a operação de cessão de recebíveis, realizada em março de 2026, é como segue:

	Nota	Ativo financeiro - CCEE
Valor homologado ANEEL	8.1	656.563
Cessão de recebíveis - antecipação		(264.426)
Cessão de recebíveis - deságio financeiro		(9.142)
Valor justo - outros resultados abrangentes		(35.916)
Saldo CDE a receber – ciclo corrente		347.079

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2026
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do período, representando o diferimento e amortização.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

	Nota	31.12.2025	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2026	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Ativo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA											
Aquisição de energia - CVA energia	9.1	218.583	106.494	(8.003)	(6.400)	55.289	365.963	250.764	115.199	249.122	116.841
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA		809	(3.725)	(406)	-	(617)	(3.939)	(3.939)	-	(3.939)	-
Transporte de energia pela rede básica		75.658	23.300	(16.588)	-	11.491	93.861	70.435	23.426	71.462	22.399
Transporte de energia - Itaipu		8.357	3.980	(1.047)	-	1.392	12.682	8.679	4.003	8.854	3.829
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR		(31.303)	(8.070)	(941)	-	(8.019)	(48.333)	(34.418)	(13.915)	(35.028)	(13.306)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		180.167	(31.101)	4.149	-	26.115	179.330	170.377	8.953	170.768	8.561
		452.271	90.878	(22.836)	(6.400)	85.651	599.564	461.898	137.666	461.239	138.324
Demais ativos/passivos financeiros setoriais											
Neutralidade da parcela A		118.535	57.412	(9.456)	-	3.476	169.967	158.729	11.238	159.222	10.745
Sobrecontratação de energia		(10.409)	27.118	4.516	(334)	13.449	34.340	12.511	21.829	13.468	20.872
Diferimento - devoluções tarifárias		(45.475)	(10.057)	11.237	-	134	(44.161)	(39.686)	(4.475)	(39.882)	(4.279)
Risco hidrológico		(189.100)	(47.458)	50.620	-	(3.092)	(189.030)	(170.702)	(18.328)	(171.505)	(17.525)
Outros		194.362	54.793	37.631	-	(21.433)	265.353	172.677	92.676	176.738	88.616
		67.913	81.808	94.548	(334)	(7.466)	236.469	133.529	102.940	138.041	98.429
Total		520.184	172.686	71.712	(6.734)	78.185	836.033	595.427	240.606	599.280	236.753

9.1 Aquisição de Energia – (CVAenergia): O saldo da CVA ativa decorre do fato de que, em determinados períodos, custos efetivamente incorridos pela Companhia na aquisição de energia elétrica para atendimento ao mercado regulado, superam a cobertura tarifária vigente, influenciados por condições hidrológicas, volume contratado, pela disponibilidade do parque gerador e/ou pelas condições de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2026
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo no mesmo período do exercício anterior, estão demonstradas da seguinte forma:

	Nota	31.12.2024	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2025	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo não circulante	Passivo circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA											
Aquisição de energia - CVA energia	9.1	(133.696)	(52.435)	43.947	(11.068)	(5.562)	(158.814)	(64.682)	(94.132)	5.136	(163.952)
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA		(517)	3.536	137	-	103	3.259	3.259	-	-	3.259
Transporte de energia pela rede básica		90.692	5.411	(23.624)	-	2.452	74.931	46.832	28.099	(1.635)	76.566
Transporte de energia - Itaipu		4.979	(2.790)	(3.542)	-	91	(1.262)	1.545	(2.807)	163	(1.424)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR		49.624	8.369	(20.295)	-	1.532	39.230	29.120	10.110	(588)	39.819
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(94.102)	5.290	9.542	-	(1.946)	(81.216)	(84.417)	3.201	(186)	(81.029)
		(83.020)	(32.619)	6.165	(11.068)	(3.330)	(123.872)	(68.343)	(55.529)	2.890	(126.761)
Demais ativos/passivos financeiros setoriais											
Neutralidade da parcela A		(2.573)	(45.599)	(1.427)	-	(3.580)	(53.179)	(27.358)	(25.821)	1.502	(54.682)
Sobrecontratação de energia		(38.382)	(33.422)	9.690	-	(838)	(62.952)	(31.091)	(31.861)	1.854	(64.806)
Diferimento - devoluções tarifárias		(42.903)	(12.181)	9.061	-	(763)	(46.786)	(41.959)	(4.827)	281	(47.067)
Risco hidrológico		(210.196)	(47.941)	54.011	-	(3.500)	(207.626)	(193.060)	(14.566)	847	(208.472)
Revisão tarifária extraordinária		30.204	-	(30.204)	-	-	-	-	-	-	-
Outros		32.359	(50.995)	15.250	-	12.107	8.721	(66.283)	75.004	(4.364)	13.084
		(231.491)	(190.138)	56.381	-	3.426	(361.822)	(359.751)	(2.071)	120	(361.943)
Total		(314.511)	(222.757)	62.546	(11.068)	96	(485.694)	(428.094)	(57.600)	3.010	(488.704)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os montantes de imposto de renda e contribuição social a compensar estão apresentados, conforme quadro a seguir:

	31.03.2026	31.12.2025
<u>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</u>		
Imposto de renda	132.833	122.986
Contribuição social	36.001	36.469
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	712	6.416
	169.546	165.871
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>		
Imposto de renda	-	(16.640)
Contribuição social	-	(6.008)
	-	(22.648)
Total	169.546	143.223

A composição de outros tributos compensáveis, está demonstrada a seguir:

		31.03.2026	31.12.2025
		Não	Não
	Nota	Circulante	Circulante
ICMS		83.107	39.649
ICMS - Lei complementar nº 102/00		84.172	106.452
Pis e Cofins		64.651	-
Pis e Cofins (ICMS)	10.1	432.319	1.982.654
Outros tributos		1.890	-
Total		666.139	2.128.755
		808.341	2.081.184

10.1 A Companhia vem adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº 16).

11. Contrato de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 15 de março de 2023, e o Reajuste Tarifário ocorreu em 11 de março de 2025 (vide nota explicativa nº 4).

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	11.1	1.056.289	1.045.643
Ativo financeiro indenizável (concessão)	11.2	10.205.811	9.727.199
Intangível	11.3	1.730.224	1.782.041
Total		12.992.324	12.554.883

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

11.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Custo	Obrigações especiais (-)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.009.845	(58.988)	950.857
Adições	343.782	(2.283)	341.499
Transferências do ativo intangível	9.399	2.153	11.552
Transferências para o ativo financeiro	(47.336)	-	(47.336)
Saldo em 31 de março de 2025	1.315.690	(59.118)	1.256.572
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.108.798	(63.155)	1.045.643
Adições	432.024	(5.833)	426.191
Transferências para o ativo intangível	(112.618)	-	(112.618)
Transferências para o ativo financeiro	(302.927)	-	(302.927)
Saldo em 31 de março de 2026	1.125.277	(68.988)	1.056.289

11.1.1 Perda por redução ao valor recuperável dos ativos

Durante o exercício de 2025, a Administração procedeu ao ajuste dos valores registrados como ativos de contrato, de modo a refletir de forma mais adequada a estimativa atualizada de benefícios econômicos futuros esperados, considerando as condições vigentes.

Os efeitos dessa perda estão refletidos nos saldos patrimoniais apresentados em 31 de março de 2026, no montante de R\$ 172.021. Não foram identificados indicadores adicionais que ensejassem novo reconhecimento ou reversão de perda por redução ao valor recuperável.

11.2 Ativo financeiro indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



cujas valorizações são baseadas no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

A movimentação do ativo indenizável da concessão é como segue:

	31.03.2026	31.03.2025
Saldo inicial	9.727.199	8.348.889
Transferências do ativo contratual	302.927	47.336
Atualização ativo indenizável	175.685	161.831
Saldo final	10.205.811	8.558.056

O aumento do saldo do ativo financeiro indenizável de concessão representa um maior volume de investimentos em expansão, preservação e melhoria de rede que entraram em operação nos períodos apresentados.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

11.3 Intangível da concessão

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço			31.03.2026	31.12.2025
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Total	Total
Direito de uso da concessão	7.525.622	(6.078.648)	(33.272)	1.413.702	1.440.741
Software	911.185	(595.584)	-	315.601	340.367
Bens de renda	21.877	(20.956)	-	921	933
Total	8.458.684	(6.695.188)	(33.272)	1.730.224	1.782.041

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Em serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.009.710	(5.909.587)	(66.425)	2.033.698
Baixas	(13.921)	12.771	-	(1.150)
Transferências do ativo contratual	(9.399)	-	(2.153)	(11.552)
Amortizações	-	(206.718)	5.281	(201.437)
Saldo em 31 de março de 2025	7.986.390	(6.103.534)	(63.297)	1.819.559
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.365.412	(6.537.596)	(45.775)	1.782.041
Baixas	(19.346)	18.737	-	(609)
Transferências do ativo contratual	112.618	-	-	112.618
Amortizações	-	(176.329)	12.503	(163.826)
Saldo em 31 de março de 2026	8.458.684	(6.695.188)	(33.272)	1.730.224

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As principais taxas de amortização que refletem a expectativa de vida útil econômica e financeira dos ativos, são as seguintes:

Distribuição	%
Direito de uso da concessão	20,00%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação:

	31.12.2025	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	31.03.2026
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Terrenos	395	-	-	-	-	395
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	50.208	-	-	-	1.598	51.806
Máquinas e equipamentos	64.889	83	-	-	7.182	72.154
Veículos	3.238	-	-	-	-	3.238
Móveis e utensílios	34.383	-	-	-	1.567	35.950
	153.113	83	-	-	10.347	163.543
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(16.624)	-	(402)	-	-	(17.026)
Máquinas e equipamentos	(22.296)	-	(1.792)	-	-	(24.088)
Veículos	(2.469)	-	(36)	-	-	(2.505)
Móveis e utensílios	(27.059)	-	(310)	-	-	(27.369)
	(68.448)	-	(2.540)	-	-	(70.988)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	65.689	38	-	-	(1.598)	64.129
Máquinas e equipamentos	39.081	-	-	(780)	(7.182)	31.119
Veículos	335	-	-	-	-	335
Móveis e utensílios	11.192	334	-	-	(1.567)	9.959
	116.297	372	-	(780)	(10.347)	105.542
Total do imobilizado	200.962	455	(2.540)	(780)	-	198.097
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	172	-	(14)	-	-	158
Imóveis	30.392	-	(2.553)	-	-	27.839
Veículos	128.340	-	(12.987)	-	-	115.353
	158.904	-	(15.554)	-	-	143.350
Total	359.866	455	(18.094)	(780)	-	341.447

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2024	Adições (Reversões)	Depreciação	Baixas	Transferências	31.03.2025
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Terrenos	395	-	-	-	-	395
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	37.772	-	-	-	-	37.772
Máquinas e equipamentos	53.696	1.000	-	-	1.123	55.819
Veículos	2.695	-	-	-	-	2.695
Móveis e utensílios	33.803	-	-	-	148	33.951
	128.361	1.000	-	-	1.271	130.632
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(15.149)	-	(275)	-	-	(15.424)
Máquinas e equipamentos	(15.913)	-	(1.500)	-	-	(17.413)
Veículos	(2.379)	-	(21)	-	-	(2.400)
Móveis e utensílios	(25.646)	-	(390)	-	-	(26.036)
	(59.087)	-	(2.186)	-	-	(61.273)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	43.929	99	-	-	(638)	43.390
Máquinas e equipamentos	35.043	(5.098)	-	-	(488)	29.457
Veículos	594	-	-	-	-	594
Móveis e utensílios	8.683	(191)	-	-	(145)	8.347
	88.249	(5.190)	-	-	(1.271)	81.788
Total do imobilizado	157.523	(4.190)	(2.186)	-	-	151.147
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	263	-	(13)	-	-	250
Imóveis	38.200	-	(2.444)	-	-	35.756
Veículos	78.871	93.924	(13.316)	-	-	159.479
	117.334	93.924	(15.773)	-	-	195.485
Total	274.857	89.734	(17.959)	-	-	346.632

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas

31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Rio

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente em 31 de março de 2026:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	3,08
Imóveis	2,83
Veículos	2,08

13. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 26.

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Compra de energia		579.872	564.634
Compra de energia - partes relacionadas	25	10.862	5.678
Encargo de uso da rede		117.697	126.459
		708.431	696.771
Materiais e serviços		797.008	1.148.799
Materiais e serviços - partes relacionadas	25	326.226	310.971
		1.123.234	1.459.770
Total		1.831.665	2.156.541

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Em 31 de março de 2026, o montante destas operações é de R\$ 150.642 (R\$ 223.903 em 31 de dezembro de 2025).

14. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 21.

Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Rio

	31.03.2026	31.12.2025
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	12.553
Programa de Eficiência Energética - PEE	88.623	84.966
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	91.697	82.670
Ministério de Minas e Energia - MME	436	498
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	908	908
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	10.360	8.410
Total	192.024	190.005
Circulante	60.386	70.252
Não circulante	131.638	119.753

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

15. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 26.1.1.

15.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Nota	Circulante					Não circulante					31.03.2026		Circulante					Não circulante		31.12.2025	
		Principal	Encargos	Custos a amortizar	Marcação a mercado	Total	Principal	Encargos	Total	Total circulante + não circulante	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Encargos	Total	Total circulante + não circulante				
Moeda nacional																						
	MUFG 4131 - AMPLA I	200.000	3.337	-	-	203.337	-	-	-	203.337	200.000	11.429	-	211.429	-	-	-	-	211.429			
	DEUTSCHE BANK 4131 - AMPLA I	-	14.936	-	-	14.936	210.000	-	210.000	224.936	-	7.029	-	7.029	210.000	-	210.000	-	217.029			
	MUFG 4131 - AMPLA II	-	7.559	-	-	7.559	130.000	-	130.000	137.559	-	2.710	-	2.710	130.000	-	130.000	-	132.710			
	DEUTSCHE BANK 4131 - AMPLA II	-	7.399	-	-	7.399	130.000	-	130.000	137.399	-	2.450	-	2.450	130.000	-	130.000	-	132.450			
	1ª Nota Comercial - Ampla	1.800.000	66.554	(757)	-	1.865.797	-	-	-	1.865.797	1.800.000	1.056	(3.027)	1.798.029	-	-	-	-	1.798.029			
	DEUTSCHE BANK CCB 26.01.2026	-	8.000	-	-	8.000	300.000	-	300.000	308.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
	Bank Of America 4131 - AMPLA I	230.000	4.495	-	-	234.495	-	-	-	234.495	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
	Bank Of America 4131 - AMPLA II	-	1.125	-	-	1.125	150.000	-	150.000	151.125	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
		2.230.000	113.405	(757)	-	2.342.648	920.000	-	920.000	3.262.648	2.000.000	24.674	(3.027)	2.021.647	470.000	-	470.000	-	2.491.647			
Moeda nacional - partes relacionadas																						
	25																					
	Enel Brasil Mútuo	744.582	318.272	-	-	1.062.854	154.450	61.150	215.600	1.278.454	906.173	323.816	-	1.229.989	184.653	65.104	249.757	-	1.479.746			
	Enel Cien	-	-	-	-	-	161.812	65.931	227.743	227.743	-	-	-	-	161.812	58.072	219.884	-	219.884			
		744.582	318.272	-	-	1.062.854	316.262	127.081	443.343	1.506.197	906.173	323.816	-	1.229.989	346.465	123.176	469.641	-	1.699.630			
Moeda estrangeira																						
	BNP PARIBAS 4131 III	165.307	1.542	-	(928)	165.921	-	-	-	165.921	179.710	36	(2.158)	177.588	-	-	-	-	177.588			
		165.307	1.542	-	(928)	165.921	-	-	-	165.921	179.710	36	(2.158)	177.588	-	-	-	-	177.588			
	Total	3.139.889	433.219	(757)	(928)	3.571.423	1.236.262	127.081	1.363.343	4.934.766	3.085.883	348.526	(5.185)	3.429.224	816.465	123.176	939.641	-	4.368.865			

15.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período findo em 31 de março de 2026:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
DEUTSCHE BANK CCB 26.01.2026	300.000	26/01/26	26/01/28	CDI + 1,23%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Enel Brasil
Bank Of America 4131 - AMPLA I	230.000	12/02/26	12/02/27	CDI - 0,44%	Bullet	Semestral	Capital de Giro	Enel Brasil
Bank Of America 4131 - AMPLA II	150.000	13/03/26	13/03/28	CDI - 0,4%	Bullet	Semestral	Capital de Giro	Enel Brasil

(b) Empréstimos e financiamentos obtidos em período anteriores e liquidados no período findo em 31 de março de 2026:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo Ampla - Enel BR 74	101.114	02/01/24	01/01/26	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 76	90.679	15/02/24	14/02/26	CDI + 1,12%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A



Enel Distribuição Rio

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**Notas Explicativas**

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes no período findo em 31 de março de 2026:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo Ampla - Enel BR 59	76.599	23/12/22	22/12/26	CDI + 1,1%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 60	30.233	26/12/22	25/12/26	CDI + 1,35%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 62	30.203	16/02/23	16/01/27	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 65	350.836	10/07/23	09/05/26	CDI + 1%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 66	256.712	07/08/23	06/06/26	CDI + 1,3%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 67	30.342	14/08/23	13/07/27	CDI + 1,1%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 68	50.567	15/08/23	14/07/27	CDI + 1,1%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 69	23.259	17/08/23	16/07/27	CDI + 1,35%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo I Ampla - CIEN	70.794	25/08/23	24/08/27	CDI + 0,66%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo II Ampla - CIEN	91.018	15/09/23	24/08/27	CDI + 0,64%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 70	50.282	17/11/23	17/05/27	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
MUFG 4131 - Ampla I	200.000	14/08/25	14/08/26	CDI + 0,55%	Bullet	Semestral	Capital de Giro	Enel Brasil
DEUTSCHE BANK 4131 - AMPLA I	210.000	10/10/25	12/04/27	CDI + 0,93%	Bullet	Semestral	Capital de Giro	Enel Brasil
MUFG 4131 - AMPLA II	130.000	10/11/25	10/05/27	CDI + 0,97%	Bullet	Semestral	Capital de Giro	Enel Brasil
DEUTSCHE BANK 4131 - AMPLA II	130.000	14/11/25	14/05/27	CDI + 1,3%	Bullet	Semestral	Capital de Giro	Enel Brasil
BNP PARIBAS 4131 III	180.000	29/12/25	29/12/26	FIXO + 3,65%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Enel Brasil
1ª Nota Comercial - Ampla	1.800.000	30/12/25	29/04/26	CDI + 0,9%	Bullet	Bullet	Pagamento de Mútuos	Enel Brasil

(d) Empréstimos e financiamentos obtidos e liquidados durante o período findo em 31 de março de 2026:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Itaú CCB 12.01.2026	100.000	12/01/26	30/01/26	CDI + 2,65%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Enel Brasil
Itaú CCB 15.01.2026	120.000	15/01/26	30/01/26	CDI + 2,65%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Enel Brasil
Itaú CCB 19.01.2026	30.000	19/01/26	30/01/26	CDI + 2,65%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Enel Brasil

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.03.2026	%	31.12.2025	%
Moeda nacional				
CDI	4.768.845	96,64%	4.191.278	95,94%
Moeda estrangeira				
Euro	165.921	3,36%	177.588	4,06%
Total	4.934.766	100,00%	4.368.866	100,00%

15.4 Em 31 de março de 2026, as parcelas relativas ao principal e juros dos empréstimos, financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2027	2028
Empréstimos e financiamentos	913.343	450.000

15.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

Indexador	Nota	31.03.2026
CDI	(a)	14,65%
EUR	(a)	6,01

(a) Índice do último dia do período

15.6 A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda Nacional		Moeda estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.875.522	1.179.701	681.091	4.736.314
Captações	468.516	-	-	468.516
Encargos provisionados	145.377	-	719	146.096
Encargos pagos	-	-	(19.679)	(19.679)
Variação cambial e monetária	-	-	(25.030)	(25.030)
Transferências	78.562	(78.562)	-	-
Pagamentos / amortizações	-	-	(636.505)	(636.505)
Marcação a mercado - dívida	-	-	(596)	(596)
Saldo em 31 de março de 2025	3.567.977	1.101.139	-	4.669.116
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.251.636	939.641	177.588	4.368.865
Captações	480.000	450.000	-	930.000
Encargos provisionados	168.265	-	1.526	169.791
Encargos pagos	(81.174)	-	-	(81.174)
Variação cambial e monetária	-	-	(14.422)	(14.422)
Transferências	26.298	(26.298)	-	-
Pagamentos / amortizações	(441.793)	-	-	(441.793)
Custos de transação	2.270	-	-	2.270
Marcação a mercado - dívida	-	-	1.229	1.229
Saldo em 31 de março de 2026	3.405.502	1.363.343	165.921	4.934.766

15.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants):

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não há contratos com cláusulas financeiras restritivas (covenants).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021 o STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e em setembro de 2021 tomou ciência do trânsito em julgado de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Em conformidade com a decisão de segunda instância judicial e com o julgamento do tema de repercussão geral, a Companhia a partir do recolhimento de maio de 2021 passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos. A referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024.

A Companhia seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais e apresentou os cálculos, documentações e informações do crédito em atendimento à intimação fiscal da Receita Federal.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (MP 1202/23 e PN MF 14/24). Até 31 de março de 2026 o total compensado pela Companhia foi de 1.691.866 (R\$ 1.554.921 em 31 de dezembro de 2025).

16.1 Tratamento do regulador

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 27 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em 24 de julho de 2025, foi publicado o Despacho ANEEL 2.203/2025, que estabelece a metodologia para a devolução aos consumidores de energia dos créditos tributários decorrentes de ações judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O despacho não apresenta inovações em relação ao que já vinha sendo aplicado nos processos tarifários entre 2022 e 2025.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia. Os processos tarifários de 2022 a 2026, já contemplam a devolução parcial de tais valores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



No período findo em 31 de março de 2026, o total devolvido aos consumidores foi de R\$ 93.973 (R\$ 287.427 em 31 de dezembro de 2025).

16.2 Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324

Em julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) concluído em 14 de agosto de 2025, da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324, foi reconhecida a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022. O respectivo acórdão foi publicado em 10 de dezembro de 2025.

O STF fixou que a devolução está limitada ao prazo prescricional de 10 anos, contados da efetiva restituição do indébito à distribuidora ou da homologação definitiva da compensação por ela realizada. Valores cujo fato gerador seja anterior a esse prazo não seriam objeto de devolução via passivo regulatório.

A referida decisão está sujeita a eventuais esclarecimentos ou modulações a serem definidos pelo STF no julgamento dos embargos de declaração opostos em dezembro de 2025 pela ABRADDE e pela ABRACEE.

A Administração da Companhia mantém acompanhamento contínuo das movimentações judiciais relacionadas ao tema, bem como dos respectivos desdobramentos jurídicos e regulatórios, de modo a avaliar e refletir tempestivamente eventuais impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

A seguir é apresentado o resumo do ativo e passivo:

	31.03.2026	31.12.2025
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar</u>		
Ativo circulante	432.319	569.265
Ativo não circulante	1.982.654	1.935.922
Total do ativo	2.414.973	2.505.187
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir</u>		
Passivo circulante	270.483	364.457
Passivo não circulante	2.241.222	2.194.490
Total do passivo	2.511.705	2.558.947
<u>Receita financeira</u>		
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	46.731	194.671
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(46.731)	(194.671)
Impacto líquido	-	-

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Nota	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.683.530	2.651.703
Atualização		45.331	45.331
Compensação		(104.945)	-
Devolução aos consumidores		-	(107.404)
Saldo em 31 de março de 2025		2.623.916	2.589.630
Saldo em 31 de dezembro de 2025		2.505.187	2.558.947
Atualização	23.1	46.731	46.731
Compensação		(136.945)	-
Devolução aos consumidores		-	(93.973)
Saldo em 31 de março de 2026		2.414.973	2.511.705

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17. Obrigações com benefícios pós-emprego

A movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano (Benefício Definido, Contribuição Variável, assistência médica e FGTS, no período findo em 31 de março de 2026 e 2025, segue representada a seguir:

	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	88.682	105.710	18.447	212.839
Custo do serviço corrente	59	450	438	947
Custo dos juros líquidos	942	3.093	(433)	3.602
Contribuições reais do empregador	(6.100)	(8.774)	-	(14.874)
Saldo em 31 de março de 2025	83.583	100.479	18.452	202.514
Saldo em 31 de dezembro de 2025	71.698	264.284	10.064	346.046
Custo do serviço corrente	-	20	76	96
Custo dos juros líquidos	1.826	8.041	278	10.145
Contribuições reais do empregador	-	(4.858)	-	(4.858)
Saldo em 31 de março de 2026	73.524	267.487	10.418	351.429

a) Despesas reconhecidas no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025:

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Custo do serviço corrente	96	947
Custo dos juros	10.145	3.602
Total	10.241	4.549

18. Provisão para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias, não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa nº 17 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

18.1 Contingência com risco provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

							<u>Depósitos vinculados(*)</u>		
	Nota	31.12.2025	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.03.2026	31.03.2026	31.12.2025
Trabalhistas	18.1.1	355.135	3.377	(4.517)	4.079	(6.158)	351.916	81.377	81.149
Cíveis	18.1.2	480.860	65.207	(24.467)	40.480	(57.434)	504.646	14.968	14.757
Fiscais	18.1.3	9.949	-	-	203	-	10.152	-	-
Total		845.944	68.584	(28.984)	44.762	(63.592)	866.714	96.345	95.906

							<u>Depósitos vinculados</u>		
	Nota	31.12.2024	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.03.2025	31.03.2025	31.12.2024
Trabalhistas	18.1.1	347.182	2.364	(424)	8.134	(5.480)	351.776	81.741	82.190
Cíveis	18.1.2	421.064	64.973	(22.837)	51.563	(46.877)	467.886	12.237	11.656
Fiscais	18.1.3	9.523	-	-	87	-	9.610	-	-
Outras provisões/riscos	18.1.4	5.071	-	-	-	-	5.071	-	-
Total		782.840	67.337	(23.261)	59.784	(52.357)	834.343	93.978	93.846

(*) O saldo de depósitos judiciais registrado no ativo, na rubrica "Depósitos vinculados", totaliza R\$ 325.338 em 31 de março de 2026, dos quais R\$ 96.345 referem-se a processos classificados como de perda provável (R\$ 325.001 e R\$ 95.906, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025).

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



18.1.1 Processos trabalhistas

A Companhia mantém em 31 de março de 2026, 580 processos com prognóstico provável, (611 em 31 de dezembro de 2025), compostos por ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados) e previdenciária. As ações envolvem, em sua maioria, pedidos de vínculo de emprego com a Companhia, nos processos de terceirizados e, consequente equiparação aos direitos dos empregados da Companhia ou eventuais verbas inadimplidas por seus empregadores.

18.1.2 Processos cíveis

Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. No saldo total de processos cíveis em 31 de março de 2026, está contemplado o montante de R\$ 2.732 referente as ações indenizatórias individuais relacionadas ao evento climático, conforme detalhado na nota explicativa nº18.2.1 (c).

18.1.3 Processos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

- (a) Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A Companhia provisionou equivalente a 40% para os autos de infração, e 20% para execuções fiscais.

18.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Trabalhistas		331.529	320.214
Cíveis	18.2.1	1.888.173	1.814.472
Fiscais	18.2.2	1.425.466	1.410.778
Juizados especiais		329.772	326.930
Regulatórias	18.2.3	66.820	64.895
Total		4.041.760	3.937.289

18.2.1 Processos cíveis

- (a) **ENDICON** – Endicon Engenharia de Instalações e Construções S.A. apresentou uma ação de indenização por perdas e danos em função de rescisão contratual. A empreiteira, ex-fornecedora da Companhia, alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos com a Companhia resultou em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A Companhia apresentou sua defesa em dezembro de 2021, encerrando a fase postulatória e dando início a fase probatória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver uma eventual indenização.
- (b) **Ação Cível Pública Paraty:** Ação civil pública ajuizada pelo Município de Paraty em 28 de dezembro de 2005, alegando má qualidade do fornecimento de energia no Município. O processo determina a modernização da rede que serve o Município e está em fase de execução de sentença. Atualmente, o caso encontra-se suspenso para buscar tratativas de acordo. O valor envolvido no processo é indeterminado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (c) **Ações indenizatórias Evento climático:** Em decorrência do evento climático do dia 18 de novembro de 2023, encontram-se ativas em 31 de março de 2026, 962 ações individuais e 18 ações coletivas ajuizadas por representantes Municipais, Ministério Público e Associação, nas quais são pleiteadas medidas liminares para providências de atendimento da distribuidora e fornecimento de informações e, ao final, a manutenção das medidas de atendimento bem como a condenação ao pagamento de valores a título de danos morais e materiais individuais e coletivos a serem apurados em momento processual oportuno, ou seja, quando ocorrerem decisões e/ou perícias. Dessa forma, para o período findo em 31 de março de 2026, para as ações individuais citadas, o valor total pedido é de R\$ 27.612 sendo que R\$ 2.732 foram contabilizados, devido ao risco de perda provável. Ainda não é possível estimar os valores das causas coletivas, pois estão sujeitas a perícias e decisões para liquidação do valor.
- (d) **Ação Civil Pública Ministério Público Federal (Renovação da Concessão):** Em 9 de setembro de 2025, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL com pedido de liminar visando suspender o processo administrativo de prorrogação do contrato de concessão, sem licitação, alegando má prestação do serviço. O juiz de Niterói, onde a ação foi ajuizada, declinou da competência do processo e o remeteu a um juiz federal da capital do estado do Rio de Janeiro, sob o fundamento de que o pedido ultrapassa a região de Niterói, visto que a concessão da Companhia abrange 66 municípios. A juíza da 35ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ declinou da competência e suscitou conflito negativo de competência ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a quem caberá decidir qual juízo será o competente para julgar o caso. O Ministério Público opinou pela competência da Vara da Capital, mas ainda não há definição pelo Tribunal. O valor envolvido é indeterminado. Não há decisão judicial sobre o pedido de liminar, nem houve julgamento do mérito da ação. O valor envolvido na ação é indeterminado.
- (e) **Ação Popular (Reajuste Tarifário):** Em 13 de março de 2026 a ação popular foi ajuizada por Luiz Lindbergh Farias Filho contra a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Ampla Energia e Serviços S.A. e a Light Serviços de Eletricidade S.A., com o objetivo de impugnar os reajustes tarifários aprovados em março de 2026 no Estado do Rio de Janeiro. Sustenta-se que os reajustes (aprox. 15,46% para a Enel RJ) violariam o princípio da modicidade tarifária, sobretudo em contexto de recuperação de créditos tributários relevantes decorrentes da exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins, que teriam sido originalmente suportados pelos consumidores. Há pedido liminar para suspensão imediata da eficácia dos reajustes tarifários até o exame da legalidade do ato regulatório, o qual ainda não foi analisado pelo Judiciário. O valor envolvido na ação é indeterminado.
- (f) **CIBRAN:** A CIBRAN apresentou ações judiciais pleiteando indenização por problemas no fornecimento de energia ocorridos no período compreendido entre os anos de 1987 e 1999 e em alguns dias do ano de 2002. O valor envolvido é indeterminado.

18.2.2 Processos fiscais

A Companhia é parte em processos de natureza fiscal, nas esferas administrativa e judicial, decorrentes da aplicação e interpretação da legislação tributária federal, estadual e municipal.

18.2.2.1 Temas federais

A Companhia é parte em processos de natureza tributária federal, que envolvem, principalmente, Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), relacionado à tributação de rendimentos financeiros remetidos ao exterior, além de outros temas associados a Imposto de Renda, PIS e COFINS. Em 31 de março de 2026 o valor envolvido é de R\$ 708.815 (R\$ 701.966 em 31 de dezembro de 2024).

18.2.2.2 Temas estaduais

No âmbito estadual, as discussões referem-se, predominantemente, ao ICMS, abrangendo temas relacionados a creditamento, compensação de créditos, tributação de determinadas operações, aplicação de multas formais e divergências quanto à incidência do imposto em operações do setor elétrico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



18.2.2.3 Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute processos envolvendo, principalmente, ISS, Taxas de Uso do Solo, Contribuição de Iluminação Pública (CIP) e outros tributos municipais, originados de execuções fiscais e autos de infração.

18.2.2.4 Processos regulatórios

A Companhia é parte em processos de natureza regulatória, em fase judicial, decorrentes de autos de infração emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, relacionados à aplicação de normas e critérios regulatórios do setor elétrico. De forma agregada, tais autos envolvem discussões sobre indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia elétrica, cumprimento de metas regulatórias, critérios de apuração e aplicação de penalidades, bem como outros aspectos inerentes à prestação do serviço público e ao atendimento aos consumidores.

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, na forma do Art. 168 da Lei nº 6.404/76, por mera deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$ 9.500.000, mediante a emissão das ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do Art. 172 da Lei nº 6.404/76."

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o capital social é de R\$ 8.553.230, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.03.2026		31.12.2025	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	452.732.311	99,89%	452.732.311	99,89%
Outros	491.632	0,11%	491.632	0,11%
Total	453.223.943	100,00%	453.223.943	100,00%

19.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

19.3 Reserva de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

19.4 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes. Em 31 de março de 2026, todos os instrumentos derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa foram liquidados, dessa forma, não há saldo em outros resultados abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.03.2026	31.03.2025
Outros resultados abrangentes - derivativos	-	(2.811)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	956
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	-	(1.855)
Valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE	(35.916)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.212	-
Valor justo – Cessão de Recebíveis de Subvenção – CDE, líquido	(23.704)	-
Total	(23.704)	(1.855)

19.5 Dividendos a pagar

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldo de dividendos a pagar, no montante de R\$ 236.643. O referido saldo será liquidado conforme disponibilidade de caixa da Companhia e não é prevista incidência de qualquer atualização monetária.

20. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Lucro líquido do período	109.635	49.806
Número de ações	453.223.943	389.407.507
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	0,2419	0,1279

21. Receita líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47") e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas são reconhecidas no momento em que o controle é transferido ao cliente, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho.

	01.01.2026 a 31.03.2026			01.01.2025 a 31.03.2025		
	Número de unidades consumidoras (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	2.882.601	1.438.239	473.166	2.921.465	1.523.079	642.361
Industrial	3.110	15.720	163.508	3.103	25.846	180.117
Comercial	144.762	277.354	540.755	139.021	318.182	565.066
Rural	63.741	30.936	64.581	64.098	35.410	66.841
Poder público	14.716	112.348	197.593	14.398	124.599	205.161
Iluminação pública	2.520	118.055	65.729	2.581	125.032	68.313
Serviço público	3.371	15.780	49.254	3.214	17.339	50.777
Suprimento e revenda	12	102.480	14.571	6	102.035	15.631
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(1.415.687)	-	-	(1.428.451)
Total faturado	3.114.833	2.110.911	153.470	3.147.886	2.271.522	365.816
Outras receitas originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	796.471	-	-	663.354
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	1.415.687	-	-	1.428.451
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	4.709	1.043.642	340.717	3.926	994.824	353.261
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD - consumidores cativos e livres	-	-	(20.544)	-	-	(32.602)
Total de receitas originadas de contratos com clientes	3.119.542	3.154.554	2.685.801	3.151.812	3.266.346	2.778.280
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	150.707	-	-	102.837
Subvenção baixa renda	-	-	92.186	-	-	81.414
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	338.370	-	-	(52.807)
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	175.686	-	-	161.834
Receita de construção	-	-	426.180	-	-	341.496
Outras receitas	-	-	31.789	-	-	28.291
Total de outras receitas	-	-	1.214.918	-	-	663.065
Receita operacional bruta	3.119.542	3.154.554	3.900.719	3.151.812	3.266.346	3.441.345
Deduções da receita						
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	-	-	(19.809)	-	-	(18.113)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(300.112)	-	-	(229.884)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(14.212)	-	-	(2.587)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	-	-	(2.721)	-	-	(2.512)
ICMS	-	-	(666.565)	-	-	(678.818)
COFINS	-	-	(188.401)	-	-	(164.938)
PIS	-	-	(40.714)	-	-	(35.809)
ISS	-	-	(688)	-	-	(968)
Total deduções da receita	-	-	(1.233.222)	-	-	(1.133.629)
Total	3.119.542	3.154.554	2.667.497	3.151.812	3.266.346	2.307.716

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 01.01.2026 a 31.03.2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

22. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

01.01.2026 a 31.03.2026					
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras receitas operacionais
Pessoal		(74.095)	(21.300)	-	-
Material		(6.534)	1.433	-	-
Serviços		(174.515)	(21.709)	-	-
Serviços - partes relacionadas	25	(778)	(17.418)	-	-
Energia elétrica comprada para revenda		(959.119)	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	25	(23.692)	-	-	-
Encargos do uso do sistema de transmissão		(328.310)	-	-	-
Seguros		(781)	(25)	-	-
Depreciação e amortização		(155.096)	(15.554)	-	-
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	20.126	-
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(128.235)	-
Custo de construção		(426.180)	-	-	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(28.626)	-	-
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	29.976
Outras receitas (despesas) operacionais		(16.392)	11.002	-	(518)
Total		(2.165.492)	(92.197)	(108.109)	29.458
					(2.336.340)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 01.01.2025 a 31.03.2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

01.01.2025 a 31.03.2025

	Nota	Custo	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(48.885)	-	(10.064)	-	-	(58.949)
Material		(5.675)	-	-	-	-	(5.675)
Serviços		(130.736)	(5.938)	(17.133)	-	-	(153.807)
Serviços - partes relacionadas	25	-	-	(9.319)	-	-	(9.319)
Energia elétrica comprada para revenda		(778.824)	-	-	-	-	(778.824)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	25	(16.069)	-	-	-	-	(16.069)
Encargos do uso do sistema de transmissão		(319.088)	-	-	-	-	(319.088)
Seguros		(5.621)	-	(25)	-	-	(5.646)
Depreciação e amortização		(193.272)	-	(15.771)	-	-	(209.043)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	(36.491)	-	(36.491)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	-	(74.443)	2.104	(72.339)
Custo de construção		(341.496)	-	-	-	-	(341.496)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	-	(34.777)	-	-	(34.777)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	-	21.923	21.923
Taxas e contribuições		(436)	-	-	-	-	(436)
Outras receitas (despesas) operacionais		(18.726)	-	6.301	-	-	(12.425)
Total		(1.858.828)	(5.938)	(80.788)	(110.934)	24.027	(2.032.461)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

22.1 Custo do serviço de energia elétrica**22.1.1 Energia elétrica comprada para revenda**

	Nota	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		(205.049)	(52.822)
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's		(540.155)	(466.595)
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's - partes relacionadas	25	(21.057)	(13.413)
Regime de Contas de Garantia - CCGF		(57.416)	(69.048)
Regime de Contas de Garantia - CCGF - partes relacionadas	25	(2.636)	(2.656)
Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear		(19.512)	(28.516)
Risco hidrológico		(6.571)	9.898
Exposição involuntária		(75.836)	(79.878)
Itaipu Binacional		(91.648)	(108.563)
Geração distribuída	22.1.1	2.767	-
Outros		(490)	(482)
(-) Crédito de PIS e COFINS		60.460	47.409
		(957.143)	(764.666)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		(25.668)	(30.227)
Total		(982.811)	(794.893)

22.1.1 A Geração Distribuída - GD permite ao consumidor gerar energia e utilizar essa geração como crédito no seu consumo. Embora as regras de devolução ao consumidor pela GD não estejam consolidadas, a Companhia reconheceu provisão, com base em sua melhor estimativa.

22.1.2 Encargos do uso do sistema de transmissão

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Uso da rede elétrica	(234.208)	(205.614)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS / EER	(35.631)	(56.759)
Encargos de conexão	(15.654)	(15.333)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	(78.399)	(81.457)
(-) Crédito de PIS e COFINS	35.582	40.075
Total	(328.310)	(319.088)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

23. Resultado financeiro

	Nota	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
<u>Receitas financeiras</u>			
Renda de aplicações financeiras		3.794	4.133
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes		8.603	9.270
Dívida - marcação a mercado		-	596
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado		1.509	-
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais		156.028	24.441
Atualização monetária dos depósitos judiciais		2.119	2.778
Atualização de créditos tributários	23.1	3.990	20.283
Outras receitas financeiras		306	2.937
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(10.312)	(5.083)
		166.037	59.355
<u>Despesas financeiras</u>			
Dívida - marcação a mercado		(1.229)	-
Custo de transação		(2.270)	-
Encargos de dívidas		(107.538)	-
Variação monetária de processos judiciais e outros		(44.762)	(59.784)
Encargos fundo de pensão		(10.143)	(3.602)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado		-	(524)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros		(4.894)	(4.798)
Encargos de mútuos		(62.253)	(146.096)
Cartas de fiança e seguros em garantia		(4.545)	(3.599)
Imposto sobre operações financeiras - IOF		(11.675)	(4.165)
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais		(77.843)	(24.345)
Juros sobre obrigações de arrendamento		(5.411)	(7.171)
Deságio financeiro - subsídio CDE	8.2	(9.142)	-
Outras despesas financeiras		(14.367)	(37.003)
		(356.072)	(291.087)
<u>Variações cambiais líquidas</u>			
Variações cambiais de dívidas		14.422	25.030
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos		(14.422)	(25.050)
Outras variações cambiais		81	(110)
		81	(130)
Total		(189.954)	(231.862)

23.1 Contempla atualização dos créditos a compensar, relacionados à exclusão da atualização pela Taxa SELIC sobre indêbitos tributários (tema 962). O montante registrado de atualização, no período findo em 31 de março de 2025 e 2024 foi de R\$ 2.662 e R\$ 18.858 respectivamente – vide nota explicativa nº 24.1.

24. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	01.01.2026 a 31.03.2026		01.01.2025 a 31.03.2025	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos				
Correntes	-	-	(4.415)	(1.594)
Diferidos	(23.210)	(8.358)	9.135	3.287
Total	(23.210)	(8.358)	4.720	1.693
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	141.203	141.203	43.393	43.393
Adições:				
Gratificação a administradores	469	469	387	387
Correção Monetária Especial - CME	30	30	-	41
Outras despesas indedutíveis	-	-	(26)	-
Multas indedutíveis	1.888	1.888	2.981	2.981
Remuneração das imobilizações em curso	(50.722)	(50.722)	(65.615)	(65.615)
Total das adições	(48.335)	(48.335)	(62.273)	(62.206)
Base de cálculo	92.868	92.868	(18.880)	(18.813)
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(23.210)	(8.358)	4.720	1.693
Total	(23.210)	(8.358)	4.720	1.693
Alíquota efetiva	-16,44%	-5,92%	-10,88%	-3,90%

(b) Imposto diferido:

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão, considerando a sua renovação, vide nota 1.2. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

Nota	Balancos patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	31.03.2026	31.12.2025	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	407.900	519.924	(112.024)	37.003	-	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	4.565	4.513	52	480	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	24.1 1.033.978	915.364	118.614	(2.579)	-	-
Provisão para processos judiciais e outros riscos	294.683	287.621	7.062	17.511	-	-
Benefício pós-emprego	287.491	287.491	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	6.984	512	6.472	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	-	-	-	-	-	(956)
Provisão para materiais e serviços	12.981	11.100	1.881	-	-	-
Participação nos lucros	8.776	-	8.776	-	-	-
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	58.487	-	58.487	-	-	-
Compartilhamento Infraestrutura	58.104	62.330	(4.226)	-	-	-
Subsídio CDE	12.212	-	-	-	12.212	-
Outras provisões	2.036	58.966	(56.929)	(1.532)	-	-
	2.188.197	2.147.821	28.165	50.883	12.212	(956)
Tributos diferidos passivos:						
Atualização do ativo financeiro da concessão	(1.030.889)	(971.157)	(59.733)	(55.024)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	-	-	-	16.563	-	-
Outros	(287)	(287)	-	-	-	-
	(1.031.176)	(971.444)	(59.733)	(38.461)	-	-
Total	1.157.021	1.176.377	(31.568)	12.422	12.212	(956)

24.1 Em dezembro de 2024, a Companhia amparada nas avaliações de seus assessores legais registrou (i) imposto a compensar no montante de R\$ 78.783, de saldo negativo referente a reapuração do ano de 2022 e 1º e 2º trimestres do ano de 2023, e (ii) R\$ 536.631 de tributo diferido ativo referente a reapuração dos anos de 2021 a 2024, ambos relacionados com a exclusão da atualização financeira da Taxa SELIC sobre o indébito tributário, referido na nota explicativa nº. 15.

Quanto ao referido tributo diferido ativo, não ocorreram compensações no período findo em 31 de março de 2026. O saldo atualizado do imposto a compensar é de R\$ 108.379 em 31 de março de 2026.

25. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com o Módulo V da Resolução Normativa nº 948/2021.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

25.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	31.03.2026	31.12.2025	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Dividendos a pagar	Indeterminado	(236.643)	(236.643)	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	Março de 2029	(21.980)	(18.990)	(2.989)	(1.555)
Compartilhamento de recursos humanos	Fevereiro de 2024	(51.830)	(27.827)	(24.003)	-
Mútuo	Vide nota 15	(1.278.454)	(1.479.746)	(54.394)	(135.900)
Prestação de serviços técnicos e gestão	Dezembro de 2025	(260.608)	(243.191)	(17.417)	(9.319)
Contratos de Prestação de Serviços Técnicos de TI	Junho de 2030	(138.098)	(119.779)	(135)	(42)
Comissão de fiança	Fevereiro de 2025	-	-	-	(90)
Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Administrativos, Financeiros e de Suporte Contábil	Fevereiro de 2030	(5.992)	(4.694)	(1.298)	-
Total		(1.993.605)	(2.130.870)	(100.236)	(146.906)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

25.2 Empresas de controle comum

		31.03.2026	31.12.2025	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Natureza da operação	Vigência	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Despesas
<u>Benefício pós-emprego</u>					
Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	(351.429)	(346.046)	(96)	(947)
		(351.429)	(346.046)	(96)	(947)
<u>Suprimento de energia - CCEAR</u>					
EGP Cabeça de Boi S.A.	Até dezembro de 2047	(158)	(135)	(352)	(338)
EGP Fazenda S.A.	Até dezembro de 2047	(116)	(101)	(235)	(226)
EGP Morro do Chapéu I Eólica	Até o final da concessão	(156)	(147)	(405)	(386)
EGP Morro do Chapéu II Eólica	Até o final da concessão	(168)	(160)	(376)	(358)
EGP Mourão S.A.	Até janeiro de 2046	(26)	(28)	(75)	(76)
EGP Paranapanema S.A.	Até janeiro de 2046	(93)	(98)	(266)	(268)
EGP Salto Apiacás S.A.	Até dezembro de 2047	(260)	(222)	(580)	(558)
EGP Ventos Santa Angela 01		(175)	(158)	(403)	(367)
EGP Ventos Santa Angela 02		(181)	(164)	(415)	(380)
EGP Ventos Santa Angela 03		(178)	(160)	(409)	(372)
EGP Ventos Santa Angela 04		(170)	(152)	(394)	(355)
EGP Ventos Santa Angela 05		(181)	(161)	(418)	(376)
EGP Ventos Santa Angela 06		(182)	(164)	(419)	(381)
EGP Ventos Santa Angela 07		(130)	(118)	(300)	(273)
EGP Ventos Santa Angela 08		(164)	(147)	(380)	(343)
EGP Ventos Santa Angela 09		(161)	(143)	(374)	(336)
EGP Ventos Santa Angela 10		(155)	(138)	(358)	(323)
EGP Ventos Santa Angela 11	Até dezembro de 2042	(146)	(131)	(339)	(306)
EGP Ventos Santa Angela 14		(154)	(138)	(354)	(321)
EGP Ventos Santa Angela 15		(171)	(154)	(393)	(357)
EGP Ventos Santa Angela 17		(168)	(151)	(387)	(351)
EGP Ventos Santa Angela 19		(156)	(140)	(360)	(326)
EGP Ventos Santa Angela 20		(175)	(158)	(404)	(367)
EGP Ventos Santa Angela 21		(154)	(138)	(357)	(322)
EGP Ventos Santa Esperança 13		(110)	(106)	(248)	(239)
EGP Ventos Santa Esperança 15		(109)	(104)	(246)	(235)
EGP Ventos Santa Esperança 17		(102)	(96)	(233)	(221)
EGP Volta Grande S.A.	Até fevereiro de 2047	(791)	(838)	(2.295)	(2.312)
EGP Zeus II-Delfina VIII	Até dezembro de 2042	(165)	(154)	(376)	(352)
Enel Trading Brasil S.A.	Até dezembro de 2026	(4.008)	(1.008)	(11.542)	(4.670)
		(9.063)	(5.712)	(23.693)	(16.095)
<u>Compra e venda de estoque</u>					
Companhia Energética do Ceará - COELCE	Até Agosto de 2027	(1.772)	(4.100)	-	-
		(1.772)	(4.100)	-	-
<u>Comissão (propaganda e publicidade - venda em fatura de energia)</u>					
Enel X Brasil S.A.	Maio de 2028	5.760	(8.751)	238	-
		5.760	(8.751)	238	-
<u>Compartilhamento de recursos humanos</u>					
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.		2.928	2.928	-	-
Enel Green Power Volta Grande S.A.	Fevereiro de 2024	781	781	-	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.		(170)	(170)	-	-
Companhia Energética do Ceará - COELCE		2.404	2.404	-	-
		5.943	5.943	-	-
<u>Compartilhamento de infraestrutura</u>					
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Março de 2029	(2.991)	(2.315)	(676)	-
		(2.991)	(2.315)	(676)	-
<u>Reembolso de despesas de viagens</u>					
Endesa S.A.	Até dezembro de 2025	-	(239)	-	-
		-	(239)	-	-
<u>Reembolso expatriados</u>					
Enel North America INC		-	-	-	-
Enel Grids s.r.l.		(570)	(609)	-	-
Enel Endesa S.A.	Até dezembro de 2025	(223)	-	-	-
Enel SPA		547	547	-	-
		(246)	(62)	-	-
<u>Mútuo</u>					
Enel CIEN S.A.	Vide nota 15	(227.743)	(219.884)	(7.859)	-
		(227.743)	(219.884)	(7.859)	-
Total		(581.541)	(581.166)	(32.086)	(17.042)

Suprimento de energia – CCEAR: Os contratos de suprimento de energia – CCEAR são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Compartilhamento: O contrato de compartilhamento decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 do Módulo V da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 e reembolso do compartilhamento de recursos humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 1.373, publicado em 16 de maio de 2025. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuos: As informações sobre os contratos de mútuos, encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 15.

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Benefício de curto prazo (salários, encargos, benefícios, bônus)	1.117	904
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	144	142
Total	1.261	1.046

26. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



26.1 Instrumentos financeiros

26.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			31.03.2026		31.12.2025	
Categoria		Nível (a)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	154.604	154.604	316.498	316.498
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	141	141	137	137
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	2.814.772	2.814.772	2.750.908	2.750.908
Créditos a receber - subvenção e outros	Custo amortizado	2	500.468	500.468	152.837	152.837
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	325.338	325.338	325.001	325.001
Ativo financeiro setorial	Custo amortizado	2	836.033	836.033	520.184	520.184
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	Valor justo por meio do resultado	3	1.056.289	1.056.289	1.045.643	1.045.643
Ativo financeiro indenizável (concessão)	Valor justo por meio do resultado	3	10.205.811	10.205.811	9.727.199	9.727.199
Total do ativo			15.893.456	15.893.456	14.838.407	14.838.407
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.831.665	1.831.665	2.156.541	2.156.541
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	-	-	136.054	136.054
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	4.768.845	4.771.006	4.055.223	4.024.976
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	Valor justo por meio do resultado	2	165.921	165.921	177.588	170.816
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	156.775	156.775	172.178	172.178
Consumidores - desconto CDE	Custo amortizado	2	601.849	601.849	94.306	94.306
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	21.471	21.471	3.664	3.664
Total do passivo			7.546.526	7.548.687	6.795.554	6.758.535

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 26.2 Hierarquia do valor justo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment* grade (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 31 de março de 2026 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
BNP PARIBAS 4131 III	29/12/25	29/12/26	Fair Value Hedge	EUR + 3,65%	CDI + 0,60%	180.000
Total						180.000

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldo em 31 de dezembro de 2024	46.498
Juros provisionados	(4.798)
Variação cambial	(25.050)
Marcação a mercado no resultado	(524)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	2.811
Recebimento de principal	(54.401)
Pagamento de juros	35.464
Saldo em 31 de março de 2025	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(3.664)
Juros provisionados	(4.894)
Variação cambial	(14.422)
Marcação a mercado no resultado	1.509
Saldo em 31 de março de 2026	(21.471)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) em 31 de março de 2026, estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Resultado financeiro
BNP PARIBAS 4131 III	(21.471)	(19.777)	(1.694)
Total	(21.471)	(19.777)	(1.694)

A operação descrita acima se qualifica para *hedge accounting* e está classificada como *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

(i) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do *hedge* de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do *hedge* a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do *hedge* estão demonstrados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	31.03.2026	Categoria
BNP PARIBAS 4131 III	EUR + 3,65%	165.920	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 3,65%	(165.455)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,60%	186.926	Fair value hedge
		187.391	

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de março de 2026, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

26.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

26.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia adota as diretrizes do Sistema de Controle Interno e de Gestão de Riscos (SCIGR), definidas pela Holding Enel SpA, que estabelecem as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios.

A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que conta com um comitê de controles e riscos. Este comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam da gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de gestão de garantias, a política de controle de risco de commodity, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e a política de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente.

A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (Risk Control Brazil) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização.

Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macrocategorias de risco: financeiros,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas.

A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (risk owners), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio.

Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes ou do descumprimento das obrigações contratuais por parte de uma contraparte em um instrumento financeiro.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (iii), ativo financeiro setorial; (iv) ativo contratual (infraestrutura em construção); e (v) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2026 é:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	154.604	316.498
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	141	137
Contas a receber de clientes	b.1.2	2.814.772	2.750.908
Depósitos vinculados	b.1.1	325.338	325.001
Ativo financeiro setorial	b.1.3	1.170.564	970.773
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	b.1.3	1.056.289	1.045.643
Ativo financeiro indenizável (concessão)	b.1.3	10.205.811	9.727.199
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.4	21.471	(3.664)
Total		15.748.990	15.132.495

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de março de 2026, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	31.03.2026	31.12.2025
AAA	131.073	256.431
AA	723	756
Total	131.796	257.187
Instrumentos financeiros derivativos	31.03.2026	31.12.2025
AAA	21.471	(3.664)
Total	21.471	(3.664)

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Rio

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via “SMS”, e-mail e “URA” (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva (“*Predictive Analytics*”) possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

Além disto a Companhia tem buscado novos meios de pagamentos de forma a facilitar o pagamento das faturas pelos clientes, como o Cartão de Crédito e Carteiras Digitais, bem como realiza campanhas periódicas de incentivo ao cadastro na fatura digital e débito automático.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora o saldo de contas a receber, utilizando uma ferramenta de monitoramento de crédito. As informações geradas por essa ferramenta são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o perfil de inadimplência e as ações corretivas necessárias.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de *swap* vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	31.03.2026	31.12.2025
Empréstimos e financiamentos	4.934.766	4.368.865
Instrumentos financeiros derivativos	21.471	3.664
Dívida	4.956.237	4.372.529
Caixa e equivalentes de caixa	(154.604)	(316.498)
Títulos e valores mobiliários	(141)	(137)
Dívida líquida (a)	4.801.492	4.055.894
Patrimônio líquido (b)	9.970.029	9.884.098
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	32,51%	29,10%

O índice de endividamento em 31 de março de 2026 é de 32,51% (29,10% em 31 de dezembro de 2025), calculados pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida, estão demonstrados no quadro acima.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a preservar máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de *hedge* para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A área de Controle de Riscos do Grupo estabelece nível mínimo de caixa para asseguarção dos recursos financeiros, conforme procedimentos regidos pela política de controle de risco financeiro. Há monitoramento contínuo do fluxo de caixa. As informações são reportadas semanalmente, permitindo atualização constante sobre o desempenho do fluxo de caixa e as ações corretivas necessárias.

A Companhia apresentou um caixa positivo gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de março de 2026 era de R\$ 80.000.

A Companhia conta com o apoio financeiro do Grupo Enel, por meio da Enel Brasil e de várias de suas subsidiadas, que disponibilizaram recursos para financiar investimentos e capital de giro, de acordo com as anuências prévias da ANEEL, conforme Despachos N°s 2.979/2018, 1.923/2020, 647/2021, 902/2021 e 3.754/2021.

Os mútuos que venceram no 1º trimestre foram liquidados e a Companhia segue avaliando as opções financeiras para liquidação de mútuos nos próximos vencimentos de 2026.

Para a realização de financiamentos com bancos e captações no mercado de capitais, a Companhia pode utilizar, quando necessário e conveniente, a garantia da Enel Brasil e, eventualmente, de outras empresas do Grupo, requerendo a aprovação da ANEEL, caso necessário, conforme a regulamentação vigente

A capacidade de suporte financeiro pelo Grupo é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez, a qual permitiu a realização de operações de mútuos e eventuais aportes de capital realizados nos últimos anos. Tal capacidade de suporte se manteve na posição verificada em 31 de março de 2026 dos controladores, e prospectivamente por meio de contrato de linha de crédito firmado entre Enel Américas SA. e a Enel Brasil S.A. em 20 de abril de 2026, no montante de USD 2.000.000.

Em 24 de abril de 2026, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings revisou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil de AAA (bra) para 'AA+ (bra)', com perspectiva negativa.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Nota	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	total
Fornecedores	13	1.479.762	76.242	202.854	72.807	1.831.665
Empréstimos e financiamentos - pré fixados		-	-	171.836	-	171.836
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	15	1.902.249	19.425	533.569	1.069.566	3.524.809
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas		-	882.613	219.198	531.688	1.633.499
Total		3.382.011	978.280	1.127.457	1.674.061	7.161.809

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Rio

(b.4) Riscos de mercado**(b.4.1) Risco de taxa de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros e/ou outros indexadores, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de juros e da utilização de uma ferramenta de monitoramento das dívidas, onde há limite anual estabelecido. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de juros e as ações corretivas necessárias.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possuía 100% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI).

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	31.03.2026	%	31.12.2025	%
Selic	141	0,11%	137	0,05%
CDI	131.655	99,89%	257.050	99,95%
Total	131.796	100,00%	257.187	100,00%

Ativo indenizável	31.03.2026	%	31.12.2025	%
IPCA	10.205.811	100,00%	9.727.199	100,00%
Total	10.205.811	100,00%	9.727.199	100,00%

Empréstimos, financiamentos e derivativos	31.03.2026	%	31.12.2025	%
CDI	4.956.528	100,01%	4.374.789	100,05%
Taxa fixa	(291)	-0,01%	(2.260)	-0,05%
Total	4.956.237	100,00%	4.372.529	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia pode, eventualmente, adotar como estratégia a diversificação de indexadores e, ocasionalmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de março de 2026 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



		Projeção receitas financeiras - um ano				
Ativos financeiros	31.03.2026	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Selic		6,99%	10,49%	13,98%	17,48%	20,97%
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	141	10	15	20	25	30
CDI		6,99%	10,49%	13,98%	17,48%	20,97%
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	131.655	9.203	13.811	18.405	23.013	27.608
IPCA		2,71%	4,06%	5,41%	6,76%	8,12%
Ativo financeiro indenizável (concessão)	10.205.811	276.577	414.356	552.134	689.913	828.712
Total	10.337.607	285.790	428.182	570.559	712.951	856.350

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 15.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31.03.2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Projeção despesas financeiras - um ano

Dívidas	31.03.2026	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<u>CDI</u>						
Mútuo Ampla - Enel BR 59	(110.115)	(6.632)	(9.365)	(12.019)	(14.598)	(17.106)
Mútuo Ampla - Enel BR 60	(43.621)	(2.709)	(3.792)	(4.843)	(5.865)	(6.859)
Mútuo Ampla - Enel BR 62	(43.423)	(2.955)	(4.151)	(5.312)	(6.440)	(7.538)
Mútuo Ampla - Enel BR 65	(500.575)	(6.721)	(9.530)	(12.256)	(14.903)	(17.477)
Mútuo Ampla - Enel BR 66	(365.121)	(7.606)	(10.670)	(13.644)	(16.533)	(19.342)
Mútuo Ampla - Enel BR 67	(42.911)	(3.431)	(4.845)	(6.217)	(7.551)	(8.849)
Mútuo Ampla - Enel BR 68	(71.476)	(5.715)	(8.070)	(10.356)	(12.578)	(14.739)
Mútuo Ampla - Enel BR 69	(32.962)	(2.718)	(3.804)	(4.858)	(5.883)	(6.880)
Mútuo I Ampla - CIEN	(100.161)	(7.569)	(10.868)	(14.070)	(17.183)	(20.210)
Mútuo II Ampla - CIEN	(127.582)	(9.616)	(13.817)	(17.897)	(21.862)	(25.718)
Mútuo Ampla - Enel BR 70	(68.252)	(5.559)	(7.808)	(9.992)	(12.114)	(14.178)
MUFG 4131 - Ampla I	(203.337)	(6.391)	(9.218)	(11.962)	(14.628)	(17.220)
DEUTSCHE BANK 4131 - AMPLA I	(224.937)	(17.605)	(25.014)	(32.209)	(39.200)	(46.001)
MUFG 4131 - AMPLA II	(137.559)	(10.821)	(15.352)	(19.752)	(24.028)	(28.187)
DEUTSCHE BANK 4131 - AMPLA II	(137.399)	(11.260)	(15.787)	(20.183)	(24.455)	(28.610)
1ª Nota Comercial - Ampla	(1.866.554)	(12.423)	(17.682)	(22.783)	(27.738)	(32.554)
DEUTSCHE BANK CCB 26.01.2026	(308.000)	(25.026)	(35.174)	(45.027)	(54.603)	(63.917)
Bank Of America 4131 - AMPLA I	(234.495)	(16.343)	(24.676)	(32.767)	(40.630)	(48.277)
Bank Of America 4131 - AMPLA II	(151.125)	(11.543)	(17.393)	(23.073)	(28.593)	(33.962)
<u>Swap</u>						
BNP PARIBAS 4131 III	(165.920)	81.573	33.058	(2.372)	(30.444)	(53.772)
BNP 4131 III SWAP - Ponta Ativa	165.455	(81.344)	(32.965)	2.365	30.359	53.621
BNP 4131 III SWAP - Ponta Passiva	(186.926)	(10.558)	(15.197)	(19.700)	(24.076)	(28.332)
Total	(4.956.996)	(182.972)	(262.120)	(338.927)	(413.546)	(486.107)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas.

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	31.03.2026
Fornecedores (Itaipu)	18.083	94.382
Passivo líquido exposto	18.083	94.382

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

A área de Controle de Riscos da Companhia também monitora as flutuações nas taxas de câmbio, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de câmbio. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de câmbio e as ações corretivas necessárias.

(b.4.3) Risco de preço Regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa Aneel nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse às tarifas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública.

Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Um fator que impacta consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a Companhia também entende que a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déicits - MCS D de energia existente e de energia nova.

27. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo estão descritos como segue:

	2028	2029	2030	2031	Após 2031
Compra de energia	7.554.208	2.548.685	2.588.773	2.087.087	31.494.047

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente ao período findo em 31 de março de 2026, que foram homologados pela ANEEL.

28. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/25	31/10/26	11.911.781	6.215.598
Responsabilidade civil geral	31/10/25	31/10/26	N/A	269.258
Responsabilidade civil administradores	31/10/25	31/10/26	N/A	79.710
Riscos ambientais	31/10/25	31/10/26	N/A	108.565

Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

29. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

29.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

Não impacta caixa	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Compensações de PIS e COFINS (ICMS)	(136.945)	(104.945)
Total	(136.945)	(104.945)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Apresentados nas atividades operacionais	(81.174)	(19.679)
Total	(81.174)	(19.679)

29.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa	Nota	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	15	930.000	468.516
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	15	(441.793)	(636.505)
Pagamento de arrendamento (principal)		(15.256)	(15.429)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)		-	54.401
Total		472.951	(129.017)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



30. Eventos subsequentes

30.1 Nota comercial – 2ª Emissão

Em 24 de abril de 2026 a Companhia realizou a emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia fidejussória. O desembolso da operação ocorreu em 29 de abril de 2026, no montante de R\$ 1.800.000. A operação possui remuneração atrelada à taxa de CDI + 2,00% a.a., com vencimento em 29 de outubro de 2026, e teve como finalidade a quitação da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais da Companhia.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a. objeto da projeção

Em novembro de 2024, o Grupo Enel apresentou a atualização do plano estruturado de ações divulgado originalmente em setembro do mesmo ano, que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos, além de garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes da área de atuação da Companhia. As medidas, que começaram a ser implementadas de ao longo de 2024, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

O plano tem o respaldo dos acionistas controladores da Companhia e prevê investimentos de R\$ 6,1 bilhões no período de 2025 a 2027 em toda a área de concessão, representando um crescimento de 74% versus o plano anterior, que totalizava R\$ 3,5 bilhões de investimentos previstos para o período de 2024 a 2026. Um ponto relevante do plano compartilhado inclui a contratação, neste período, de 2.045 novos colaboradores para atuar, principalmente, na operação em campo até 2027.

Dentre as iniciativas apresentadas anteriormente pela Enel Rio, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica.

No período de 2025 a 2027, será dada a sequência na previsão de realização de 1,3 milhão de podas, inspeções em mais de 120 mil km de redes de baixa e médias tensão. Além disso, estão em curso a modernização, construção e ampliação de subestações que trarão benefícios aos consumidores. A Companhia também irá construir mais de 89 km de rede de alta tensão para apoiar os novos pontos de suprimentos. Além da alta tensão, até 2027, cerca de 210 km de média e baixa tensão serão substituídos, sendo instaladas em parte deles as chamadas redes compactas, mais resistentes. De material, mais de 700 equipamentos de tele controles serão instalados tornando o serviço mais eficiente.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Início em 2025 até o final de 2027 com validade até a materialização do total de investimentos, substituição ou atualização por nova projeção.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Premissas baseadas no plano estratégico da Holding e controladora indireta (Enel SpA e Enel Americas respectivamente), que incluem os investimentos por região previstos para o triênio 2025-2027.

Do ponto de vista da Companhia, tais premissas podem ser influenciadas principalmente pelo desenvolvimento da operação, incluindo a supervisão e execução dos contratos de serviços.

Dentre as variáveis que escapam do controle da Administração, destacam-se: (i) fatores macroeconômicos, tais como câmbio, taxa de juros e inflação; (ii) eventuais mudanças regulatórias locais; (iii) condições de mercado, incluindo preço de insumos, serviços e matérias-primas, prestadores de serviços, fornecedores e demais riscos do item 4.1 do Formulário de Referência.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

O plano tem o respaldo dos acionistas controladores da Companhia e prevê investimentos de R\$ 6,1 bilhões no período de 2025 a 2027, em toda a área de concessão, para uma melhoria contínua do fornecimento de energia.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

e. Acompanhamento das projeções

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Manutenção	197.711	122.773	61,0%	235.047	-15,9%
Crescimento	104.921	82.402	27,3%	295.790	-64,5%
Novas Conexões	136.826	96.403	41,9%	201.159	-32,0%
Financiado pela Companhia	439.459	301.578	45,7%	731.996	-40,0%
Financiado pelo Cliente	-	12.515	-100,0%	22.642	-100,0%
Total	439.459	314.093	39,9%	754.638	-41,8%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

A Companhia investiu no 1T26 o total de R\$ 439,5 milhões, montante 39,9% superior ao valor registrado no 1T25 (R\$ 314,1 milhões).

Do total investido no trimestre, destacam-se: (i) R\$ 197,7 milhões investidos para atividades de manutenção, sendo R\$ 140,1 milhões para as atividades relacionadas a manutenção corretiva e (ii) na parte de crescimento foram investidos R\$ 104,9 milhões, com destaque para atividades voltadas ao programa de Confiabilidade no desenvolvimento (R\$ 30,6 milhões), além do de Qualidade para melhoria da qualidade dos serviços (R\$ 22,9 milhões), Telecontrole (R\$ 21,1 milhões) e ao programa de redução de perdas, programa de investimento específico destinado a reduzir as perdas de rede (não técnicas) justificadas por avaliações técnicas por meio de inspeções de fraude (R\$ 13,2 milhões).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Ampla Energia e Serviços S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais

- ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 29 de abril de 2026

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Tiago de Sá Barreto Bezerra
Contador CRC 1 CE 024436/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a conclusão do Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forvis Mazars Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2026.

Francesco Moliterni
Diretor-Presidente

Michelle Rodrigues Nogueira
Diretora de Administração, Finanças, Controle e Relação com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

Francesco Moliterni
Diretor de Relações Institucionais

Francesco Moliterni
Diretor de Comunicação

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

José Luis Salas Rincon
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretor de Compras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a conclusão do Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forvis Mazars Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2026.

Francesco Moliterni
Diretor-Presidente

Michelle Rodrigues Nogueira
Diretora de Administração, Finanças, Controle e Relação com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

Francesco Moliterni
Diretor de Relações Institucionais

Francesco Moliterni
Diretor de Comunicação

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

José Luis Salas Rincon
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretor de Compras